

SÉRIE 3 - N° 1

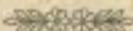
ANO DE 1915

ANAIS DA ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES

UNIVERSIDADE POPULAR

JELLINE ET AL.

SUMARIO



1912

IMPRENSA COMERCIAL
LISBOA

Dirigido, proprietário e editor — ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES (Universidade Popular)
Rua da Encarnação, 33 (Palmeira) — TELEFONE 3625 — LISBOA
Composto e impresso na IMPRENSA COMÉRCIAL — Calçada do Colégio, 203 — LISBOA

PREÇOS PGR ASSINATURA

PARA OS SOCIOS E SUBSCHITORES DA ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES

| | | | |
|----------------|-------|--------------------------|-------|
| 1 número | Rs 15 | 4 números | Rs 50 |
| 2 " " | Rs 30 | Aviso, cada número | Rs 25 |

CADA NÚMERO CONTERÁ PELO MÉNOS 90 PÁGINAS.

ANAIS DA ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES

COLEÇÕES DE ARTE EM VIANA DO CASTELO

A extinta fábrica Cerâmica de Viana

Nos fins do mês de Julho do ano passado alguns colecionadores de objectos de arte retrospectiva de Viana do Castelo tiveram a grande alegria de receber, nas suas respectivas casas, a honrosa visita de um grande numero de socios da Academia de Estudos Livres, que, em viagem de recreio instrutivo, andaram em observação dos especimenes de arte antiga, dispersos pelas povoações do Norte do país. Regressando a Lisboa, e, em nome da Direcção da Academia, o ex.^{mo} secretario dignou-se solicitar-nos a apresentação de um artigo ou notícia sobre as nossas colecções artísticas para os Anais da douta colectividade.

Não desejando esquivar-nos a tão amavel como honroso convite, só hoje podemos cumprir esta para nós bem ingrata missão, por isso que nos falta em competencia o que nos sobra em boa vontade para o desempenho da ardua tarefa.

Como as colecções particulares, que se encontram em Viana, são multiphas, neste primeiro artigo referir-nos-hemos simplesmente á das faianças nacionais, e destas mui particularmente á da noessa extinta fabrica de Viana; e não podemos deixar de aludir simultaneamente (e com prazer o fazemos) ás valiosas colecções dos nossos amigos srs. Serafim Neves e dr. Alfredo Queiroz, porquanto julgamos que as três colecções reunem um conjunto de peças ornamentais (sobretudo do periodo aureo de Viana), o mais completo que é possivel encontrar no pais. Estes colecionadores tinham deliberado organizar, no mês de Agosto passado,

por ocasião das festas e feiras francas da Agonia, em que esta cidade é muito visitada, uma exposição retrospectiva de cerâmica nacional, nos salões da Escola Industrial, sendo a receita destinada ao Museu Municipal, que está em via de organizar-se; e só da nossa extinta fábrica, reuniriam ali os colecionadores (que são uns 5 ou 6) mais de mil peças quasi todas escolhidas.

Esta nossa deliberação foi, porém, infelizmente malograda, pelas crises motivadas na conflagração europeia e outras razões concomitantes, que nos obrigaram a adiar o nosso propósito, de que não desistiremos.

Já na exposição de arte ornamental de Viana em 1893, os visitantes admiraram as importantes colecções de cerâmica nacional apresentadas então. Infelizmente já partiu para a longa viagem, de onde não se regressa, um dos mais apaixonados colecionadores da cidade, nessa época, o nosso saudoso amigo sr. P.^r João da Assumpção Passos Viana, cujas peças, algumas notáveis, ficaram nas colecções existentes em Viana, e ainda outras, poucas, de certa importância saíram da cidade; creio porém que se conservam no país, sobretudo uma caneca, não menos preciosa pelo desenho e colorido, como principalmente pela inscrição — Da 1.^a fábrica em Massarelos —.

Desde essa época e num período portanto de 18 anos as colecções Vianenses foram consideravelmente aumentadas.

Nós que a esse tempo contavamos apenas quatrocentos e tantos exemplares de todas as fábricas nacionais, hoje vemos esse número elevado a mais de mil e trezentos.

Não se pôde dizer que os colecionadores desta cidade, possuidores e modestos amadores de peças de arte, sejam egoistas.

Penso afirmar que todos sentem um grande prazer sempre que qualquer pessoa lhes solicite uma visita.

Outr'ora dizia Plínio — ser preciso que as maravilhas, que um século transmite a outro, como a mais bela parte da herança, sejam expostas às vistas do público e não sepultadas nas casas particulares. O lugar dessas obras-primas é nas praças ou salões públicos... em parte onde possam ser observados pelo povo. — Ao que o grande crítico de arte Roger-Milès responde, que, em boa justiça social, não se pôde exigir do colecionador que

coloque ao alcance de todo o mundo os seus tesouros de arte, tão pacientemente acumulados durante longos anos, à custa de penosos sacrifícios, e às vezes canceiras sem igual. Assim os coleccio-nadores de Viana não merecem ser increpados, como avaros possuidores de peças de arte, que, apesar de modestas, não escondem das vistas do publico, antes rejubilam patenteando-as, da melhor vontade, a quem quer que seja.

A fábrica cerâmica de Viana data de 1774. Foram seus fundadores os negociantes da cidade os srs. João de Araújo Lima e Carlos de Araújo Lemos, de sociedade com João Gaspar do Rego e António Alves Pereira de Lemos (guarda-livros), que a fizeram instalar na freguesia de Darque, em frente à cidade, junto do rio Lima, próximo da actual ponte de ferro.

Quatro anos antes, em 1770, como se sabe, foi publicado pelo Marquês de Pombal um alvará de verdadeira e decidida protecção a todas as fábricas de louça do país, existentes a essa data, e às que viesssem a estabelecer-se depois.

No numero destas últimas estava comprehendida a nossa. As vantagens consignadas nesse alvará beneficiavam tanto as fábricas particulares já existentes como as que viesssem a formar-se depois, e bem assim a fábrica Real do Rato, que três anos antes se tinha estabelecido, anexa à fábrica das sedas, com privilégios excepcionais, por Burneto em 1767, e ainda a de Paulo Panleti, também privilegiada, fundada em 1769.

Eis as vantagens consignadas no alvará:

1.º Proibição de entrada, no país, de toda a louça estrangeira, excepto a que viesse da Índia ou da China em navios portugueses;

2.º Isenção de direitos de saída do país de toda a louça nacional.

Conclui-se mais do texto deste importante documento (não o transcrevemos na integra para não avolumar muito este artigo) que, além das fábricas privilegiadas — Burneto e Panleti — muitas outras particulares pré-existiam, as quais tinham grande laboração, produzindo *muito e bem*, disseminadas por Lisboa, Coimbra, Porto e quiçá outras localidades do país. A nossa fábrica conservou-se em actividade durante uns oitenta anos, extinguindo-se em 1855.

Períodos distintos na fábrica

Durante estas 8 dezenas de anos podem assinalar-se 3 períodos distintos: O 1.^o que se segue à instalação, de certo auspicioso; o 2.^o que alguém já cognominou de — idade aurea da fábrica, — por nele aparecerem as peças inconfundíveis, que lhe imprimem um carácter especial, *sui generis*; e o 3.^o da decadência, que vai até à extinção.

Esta divisão, certamente arbitrária, não se lhe podendo fixar limites determinados, por falta de datas nas respectivas peças, é justamente admitida para o estudo dos produtos cerâmicos, que se distinguem, nos diversos períodos, pelas qualidades da pasta, do esmalte, da decoração e ainda pela forma das marcas.

Primeiro período

Ignora-se quem foram e de onde vieram os mestres ceramistas, primitivamente contractados pelos negociantes, proprietários da empréssia, para exercerem a laboração.

Até agora, que nos conste, não se tem encontrado documento algum que nos possa orientar. Ensaiaremos portanto umas timidas tentativas, que nos permitem arquitectar hipóteses, mais ou menos presumíveis, mas que reputamos como legítimas por serem baseadas no exame detido e minucioso de peças correspondentes aos diferentes períodos, as quais, sem grande dificuldade, se reconhecem.

O nosso amigo sr. José Queiroz, no seu importante livro *Cerâmica Portuguesa*, aceita como plausível a opinião formulada num artigo, que leu algures, acerca da fábrica de Viana, onde se inculcava que a Direcção respectiva devia ter sido confiada, no começo, — a um mestre estrangeiro, sem dúvida francês —.

Acrescenta o sr. Queiroz: «quanto às primeiras produções, é muito possível que assim sucedesse, pois não é raro encontrar-se peças que se atribuem ao 1.^o período de Darque com a faixa característica de Rouen. A não ser assim, há só uma hipótese que nos parece verosímil: ter sido o 1.^o mestre de Darque fornecido

ESTATE N.Y.



pela Real Fabrica do Rato. A terrina decorada a azul e com faixa de Rouen, n.^o 159 das nossas gravuras da Cerâmica Portuguesa, está marcada Viana por extenso, e no entanto mais dum entendido a tem tomado por produto do Rato. Pode ser que assim fosse, visto as leis proteccionistas do Marquês de Pombal, fundador da fabrica do Rato.

Em quanto á 1.^a conjectura (admissão dum mestre ceramista francés, mandado vir expressamente de Rouen, neste 1.^o período), achamos pouco aceitável. O exame das respectivas peças não nos leva a essa conclusão. O emprego da faixa de Rouen na decoração de algumas peças de Viana do 1.^o período, ainda mesmo numa peça bem modelada, como se vê na tal terrina do sr. Queiroz e que vamos encontrar noutra terrina nossa (estampa n.^o 1) e também numa terrina igual do sr. Serafim Neves, não basta para nós. A 2.^a hipótese parece-nos mais plausível. Sabemos que, já alguns anos antes da fundação da fabrica Vianense, existia a fabrica do Rato; e Burneto usou essa faixa em muitas peças. É claro que ou ele ou Veroli (contra-mestre da mesma fabrica) ou os seus oficiais oleiros a copiaram ou imitaram dos modelos franceses, pois nas condições da concessão da fabrica Real não lhe era permitido admitir pessoal ceramista estrangeiro, excepto seus irmãos, e portanto nenhum oficial francés.

Temos na nossa coleção dois pratos do Rato, com a faixa de Rouen na orla, firmados por Burneto, que evidentemente usou a celebre faixa antes de ser adoptada em Darque. Além disso possuímos duas terrinas, bem modeladas, mais volumosas do que as mencionadas, e uma travessa grande, ostentando todas, além da faixa de Rouen, uma grande analogia de ornamentação e modelação com as que ficam descritas, pertencentes ao 1.^o período de Viana, tendo a marca da fabricação portuense. Uma delas vem mencionada na *Cerâmica Portuguesa*, pag. 346. Estas decerto serão cópias das do Rato.

Ainda temos mais dois pratos de grande formato (estampa n.^o 1) iguais no diâmetro e na forma e decoração.

Se observarmos em separado cada um deles diremos serem uríundos do Porto. Sucede porém que um é do Porto e outro de Viana. Lá estão as respectivas marcas. Ambos são decorados na orla com a celebre faixa: evidentemente um é copiado do outro.

Pelas minudencias da ornamentação e pela diferença na intensidade e graduação do colorido, depreende-se que o de Viana (o do defeito), sendo mais imperfeito, deve ser o copiado do outro do Porto e este talvez do Rato.

Já se vê que a tal faixa aparece em peças do Rato, do Porto e Viana, sendo nas duas últimas, cópia do Rato.

Na nossa colecção encontra-se também um prato curioso, de grande formato, ornamentado a azul, cuja pasta, esmalte e forma de marca (*Uianna*), indicam claramente o 1.^o período (estampa n.^o 2). No centro uma paisagem com uma dama sentada, segurando uma sombrinha, e na orla ramagens separadas. A dama é uma figura bem proporcionada, sem dureza no desenho ou no colorido, apresentando bom panejamento, com os cabelos bem tratados, bem lançado o chapéu e a sombrinha, em inteiro contraste com varias peças de Viana, algumas deste 1.^o período, em que as figuras são verdadeiros monos ou simulacros informes. Além disso a um dos lados da mulher eleva-se um pequeno arbusto com bastes folhadas e toques floridos, como as que o sr. Queiroz atribui às fabricas do Monte Synai, que outr'ora se diziam do Prado.

Em face deste documento não é arriscado atribuir a Lisboa a proveniencia do 1.^o ou 1.^o mestres de Viana, que teria sido oleiro distinto ou da fabrica do Rato ou de qualquer das fabricas particulares que existiam lá no 2.^o terço do século XVIII.

Quando, há proximamente vinte anos, se venderam todos os vasos de faiança existentes na Botica da Misericordia de Viana, conseguimos obter um par de potes piriformes ou antes em forma de balão, e outro par de bojões altos de farmacia, de forma mais ou menos cilíndrica (estampa n.^o 3).

A pintura de todos os vasos é em azul finamente executada e sombreada na mesma cor, sendo os contornos cor de vinho, constituindo em qualquer das peças um grande rotulo em estilo rocaille com duas divisões: na superior o emblema da ordem de S. Francisco (escudo das 5 chagas) encimado pela coroa real; na inferior o n.^o de ordem; fundo, excelente esmalte branco.

Na parte postero-inferior, mesmo ao fundo do pote ou boião, a marca (*Uianna*).



ESTAMPA N.^o 2



ESTAMPA N.^o 3

Pela marca e pela cér da decoração eram por todos os colleccionadores estes vasos considerados como sendo da 1.^a época ou período da fábrica.

Lembrámos-nos pois de procurar nos livros velhos (Arquivo da Santa Casa) qualquer referência a estes vasos: e ultimamente encontrámos o que desejavamos, no «Livro dos accordios desta S.^{ta} Casa da Mizericordia da V.^a de Viana, em o qual se escrevem todos os termos e assentos pertéssentes ao bom governo desta S.^{ta} Casa, q. principia a servir neste anno de 1757. (1757 a 1820).

«Acordam que faz esta Meza sobre o estabelecimento da Botica...»

«Aos vinte e sete dias do mez de Novembro d'este anno de mil setecentos e setenta e quatro, estando-se no Consistorio desta S.^{ta} Casa da Mizericordia, della em Meza, a que assistia o Prov.^{dr} João d'Araujo Lima, com os mais irmãos e defaidores, abaixo assignados, foi proposto por elle dito Prov.^{dr} que hera húa grande utilidade com manifesto enteresse p.^a a mesma casa estabelecer-se nella húa Botica, à proporção da que tem as mais Mizericordias das c.^{as} principais deste Reyno, do qual substabelecimento se espera evidentem.^{re} não só embolsar a mesma Casa húa grande quantia, que se dà ao Boticario da mesma Casa, mas tambem conseguir mayores enteresses na venda dos seus efeitos.

«A cuja proposição, sendo por todos considerado, responderam todos que hera justo o substabelecimento della, havendo d.^r com que se fizéce...»

«João d'Araujo Lima, Luiz Barbosa de Magalhães, Manoel Roiz Coelho de Barros, Francisco José Barbosa da Costa, Lourenço Antonio, Antonio Barbosa Lopes, Joseph Ferr.^a de Azevedo, Antonio José Gíz, Domingos Garcia, João Mendes Ribeiro, Marçal Quesado Jacome de Villas-Boas, Manoel Coelho de Castro, Francisco M.^r Pitta de Alpoim.»

Noutro livro intitulado: «Quoderno em que se juntaram varias contas da Botica, que estavam em diversos Livros, nos quaes, tendo-se, ha muitos annos, deixado de escrever e por isso ficando sem uso e quasi inteiramente em branco, se mandaram compôr

para servirem de Livros Nóvos para fóros, juros, etc. evitando-se a despesa de os fazer de novo, permanecendo aquelles sem prestimo. Casa do Consistorio 12 de Novr.^a de 1806. António Pereira Tavares Leitão. Escr.^{m.}

Neste mesmo «Quoderno» encontra-se a seguinte rubrica:

«Conta dos trastes que se compraram p.^a a mesma Botica q. aqui se lançam por extenso para a todo o tempo constar do seu inventario... e a fls. 11 a seguinte indicação:

«Por importe das panellas e vasos que se mandaram fazer á fabrica, 50.000 r^{eis}.»

(Esta despesa refere-se ao ano de 1775, como se infere da leitura do «Quoderno»).

Destas transcrições deduz-se:

1.^a Que um dos fundadores da fabrica de Viana sr. João de Araujo Lima era, ao tempo da fundação, o provedor da S.^{ta} Casa da Misericordia, da então vila de Viana em 1774.

2.^a Que, por proposta do mesmo provedor, a mesa da Santa Casa deliberou instituir uma Botica, privativa sua, decisão tomada por unanimidade em Novembro do mesmo ano.

3.^a Que no ano seguinte (1775) se pagaram as panellas e vasos que se mandaram fazer á fabrica para a mesma Botica, as quais custaram 50\$000 réis.

Conclui-se pois que a encomenda dos vasos foi feita pelo mesmo sr. Provedor e mais membros da meza no 1.^o ano de laboração da fabrica.

São pois, com efeito, exemplares dos 1.^o meses da existencia da fabrica as peças (boiões) da estampa n.^o 3 e estas peças cerâmicas estão decoradas a azul finamente executado e sombreado na mesma cor, sendo os contornos cor de vinho, exatamente como usavam os oleiros de Lisboa dessa época e de épocas anteriores.

Com as mesmas cores e contornos possuímos varias peças todas do mesmo 1.^o período de Viana.

Mais uma presunção de que os primeiros mestres vieram de Lisboa. Além disso no princípio empregou-se o barro vermelho de Lisboa, talvez a conselho do mestre ou mestres que de lá vieram, pois mais tarde adoptou-se o barro ou argila de Alvarães, que há poucos anos foi classificada pelo sr. Charles Lepierre como

ESTAMPA N.º 4



uma argila purissima, «cujo emprego, para louça fina, está de todo indicada».

Parece-nos pois ser fundamentada a nossa opinião a respeito da proveniencia dos 1.^{os} mestres de Darque. Mais ainda. Neste 1.^o periodo encontrámos algumas peças, bem decoradas, além das já mencionadas.

Na nossa colecção existe, além doutras, um par de jarras de flores, bojudas, piriformes, muito elegantes na forma e de decoração policroma fina e brillante com um segmento de roseira de onde emergem varios ramos estendidos por quasi toda a superficie dos vasos e ostentando rosas abertas com lindo colorido e botões semi-abertos (Estampa n.^o 3).

Uma das jarras está marcada com um *U*, subjacente ás letras *F. N.* (Fabrica Nacional Viana).

Como estas conheço mais duas, um pouco mutiladas, no Museu do Porto, duas pertencentes ao sr. Neves, e ainda uma jarra do sr. Henrique Bravo. Possuímos tambem mais exemplares, cuja decoração consiste em ramos de flores policromas, aveludadas, (Estampa n.^o 4) e tambem um deposito de agua da mesma epoca.

A ornamentação destas peças é com certeza uma imitação do ramos de flores policromas usadas nas sedas da Real Fabrica do Rato, o que mais prova a favor da nossa opinião sobre a proveniencia dos 1.^{os} mestres de Viana.

Ainda pertencente ao 1.^o periodo possuímos um prato, analogo a outro do sr. Neves, com a decoração em ramagens verdes no centro e na orla. As folhas são de cor intensa no centro, esvaindo sucessivamente para a periferia, como se observa tambem num prato de Coimbra da nossa colecção. Portanto tambem se imitou a ornamentação de Coimbra da epoca.

Mas ao lado de peças duma beleza notável, como acabamos de mencionar, aparecem outras mal desenhadas, com figuras toscas, e algumas além de pouco cuidadas estampadas (nossa prato da Estampa n.^o 2).

Ainda temos mais pratos destes assim como os tem os srs. Neves, dr. Alberto Queiroz e Julio Geraldes.

Conclue-se pois que, neste periodo, produziram-se peças muito dissemelhantes, incaracteristicas, variadas e insuficientes para especimenes a assinalar uma epoca notável.

Período áureo

Quem melhor definiu a preciosa faiança de Viana parece-nos ter sido o ilustre critico de arte, ex.^{mo} sr. Joaquim de Vasconcelos, a propósito da exposição de arte ornamental de Viana em 1896. (Jornal *O Comercio do Porto*, de 11 e 13 de Setembro desse ano).

Diz com toda a razão s. ex.^o:

«Não se fez em parte alguma do país faiança que a excessasse; cozedura perfeita, bom esmalte, desenho e cores apuradas, quasi em miniatura; formas esbeltas e moldadas, numa escala infinita, que denuncia um consumo enorme. Imitou-se até o fabrico do Porto, Coimbra e Lisboa. Como acabou e porque acabou uma industria tão auspiciosamente começada e aperfeiçoada com rara tenacidade?»

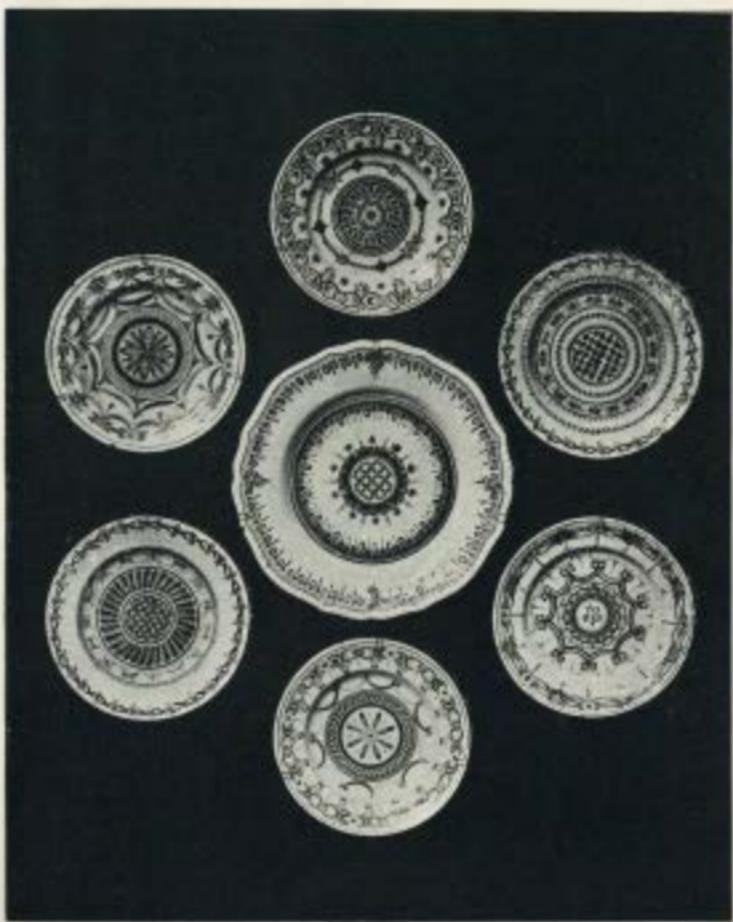
Notámos que esta tão exacta referencia diz respeito muito especialmente aos produtos cerâmicos do 2.^o período, que parece ir dos ultimos dez anos do século dezoito até aos primeiros quinze do século dezanove.

A pasta é mais fina e consistente, vendo-se pratos de grande diâmetro, perfeitamente desempenados; o esmalte brilhante lacteo ou anilado, bem ligado; e mesmo as marcas também diferem das do 1.^o período, como veremos. Na policromia distinguem-se as cores: azul, verde, amarelo tostado, amarelo canário, laranja e violeta.

Um observador que só conhecesse a decoração, a forma e mesmo o modelado das peças do 1.^o período, em presença da composição, desenho e colorido, empregados nas brilhantes peças do 2.^o período da fabrica, certamente hesitaria em atribui-las à mesma proveniencia.

Efectivamente o ceramista decorador desta época, apresenta em pratos, fruteiras, canecas, jarras, cálices, copos, malgas, tinteiros, etc., um desenho e colorido em estilo inteiramente diferente.

Na composição aparecem muitas vezes um ou dois motivos alternados, que se repetem de modo a completar uma bordadura, outras vezes formando centros, conforme a aplicação que se lhe dá! Estes motivos são mais ou menos complicados e compõe-se de linhas ou pequenas figuras geometricas (losangos ou quadrados, ovais, em mosaico, arcos e circunferencias, etc.) a que se



ESTAMPA N.^o 5



ESTAMPA N.^o 6

adaptam folhas, palmas, foliolos, pequenas flores, etc. e formam belas faixas, espinhas ou silvas, que decoram a periferia do fundo dos pratos, ou mesmo a orla, o contorno do bojo ou do gargalo das canecas, etc.

Estas faixas, espinhas, silvas, serrilhas e circunferencias isoladas ou justa-postas, concentricas, separam ás vezes zonas, semeadas de pequenas flores (*myosótis*) ou pingentes (*lambrequins* de Rouen) muito engenhosamente ligados por lindas grinaldas, lançadas entre esses pingentes. Nos centros dos pratos, fruteiras, bacias, malgas, etc. ostentam-se florões em figuras polygonais, irradiando da periferia para o centro uma especial ornamentação também com motivos variados, semelhando as rosaceas das catedrais (Estampas n.^o 5, 6 e 7).

Não sei o que mais admirar nestas composições, se a variedade, perfeição e minudencia do desenho, se a harmonia e a tonalidade do colorido. Tudo isto constitue uma originalidade decorativa que caracterisa as peças desta época verdadeiramente aurea.

Jules Claretie afirmou um dia ser pelos olhos que se vai direito ao cerebro e ao coração.

Efectivamente não ha descrição alguma, por mais minuciosa e clara, que possa exprimir bem o encanto que nos produz a observação directa das belas peças desta época.

Só vendo-as. E quem um dia observar a brilhante decoração de qualquer peça artística desta época aurea, demorando-se sofrigamente na contemplação daquele desenho e sobretudo daquele conjunto de cores variadas, esvaindo-se em tonalidades intermedias, sem violencia, não tem vontade de despregar de lá os olhos; e mais tarde a imagem daquele belo desenho, harmoniosamente colorido, permanecerá gravado na nossa retina, não se apartando de lá, como que para prolongar o grande prazer de espirito do apaixonado amador. É um prazer analogo ao que deliciosamente nos domina durante a audição dum concerto sinfonico de Beethoven ou de Wagner executado por maestros apaixonados da sua divina arte.

Nas colecções dos amadores vianenses é onde se encontra o maior numero e variedade destas encantadoras peças: sobretudo pratos preciosos nossos e do sr. Neves; pichéis ou canecas

formosissimas do sr. dr. Alfredo Queiroz e jarras de flores distintas da nossa colecção.

Por isso as 3 colecções adicionadas a outras menos opulentas, como as dos srs. Geraldes, João Caetano e João Monte Verde, constituem, como dissemos, um conjunto que não será facil igualar no país.

Os caracteres especiais das peças de arte deste periodo, apartando-se seguramente das qualidades do vasilhame do 1.^o periodo, e de todos os produtos cerâmicos confeccionados nas fábricas nacionais coevas, existentes no resto do país, levam-nos a acreditar que foi admitido um mestre ceramista estrangeiro, como o sr. Queiroz afirma ter lido algures.

Mas só na altura do 2.^o periodo, e para estas peças artísticas especiais. E pela maneira da composição, pelo desenho e colorido não podemos deixar de admitir que deve ter sido de Rouen, que veio o mestre, que produziu tão belas peças. Com efeito observando alguns produtos cerâmicos de Rouen e as aguarelas polícromas de Garnier, que reproduzem a decoração de Rouen, assim como a maneira dos artistas daquela importante fábrica, na mesma época, tudo nos leva a essa conclusão, a não termos de supor a presença, na nossa fábrica, de mestres ceramistas habilíssimos, que reproduzissem ou imitassem os tesouros cerâmicos de Rouen, o que é pouco crível.

Em quanto às causas que influiram ou determinaram esta especial decoração, para o caso de ter sido operada por artistas nacionais, não posso acreditar nas que se apontam, como devendo ter inspirado o pintor.

A pitoresca paisagem regional, a jovialidade da capital minhota, as vestes garridas características das mulheres das diferentes freguesias sub-urbanas, a que nós poderíamos adicionar principalmente a variedade e viva tonalidade produzida pelas iluminações nas noites das festas à moda do Minho (perdoe-nos o nosso amigo sr. Queiroz) mas tudo isso parece-nos ter uma vaga e indecisa influência.

Também Nevers e Moustiers produziram peças com desenhos análogos, mas com esta proveniência é menos adequado o paralelo. O sr. Joaquim de Vasconcelos, erudito crítico de arte, no prologo do catalogo da colecção Moreira Cabral (Museu do Porto) diz a pag. 12:

ESTAMPA N.º 7



«Se algum país influiu sensivelmente sobre a industria oleira portuguesa foi a França com a sua faiança de Rouen (Normandia), cujas peças serviram de modelo aos nossos oleiros no 2.^o e ultimo terço do seculo XVIII. Não foi influencia exclusiva mas vale a pena cita-la.»

Terceiro periodo

No terceiro e ultimo periodo, epoca da decadencia da fabrica, que vai desde os primeiros quinze ou vinte anos do seculo XIX ate á extinção em 1855, produziram-se objectos cerâmicos de usos diversos, bem executados, mas a decoração nada tem de notável. Composição simples e em grande parte estampada. Não vale pois a pena demorarmo-nos na respectiva analise.

Marcas

Relativamente a marcas, durante o 1.^o periodo usou-se o *U* ou *Vianna* por extenso, quer uma quer outra destas marcas sublinhada ou não.

No 2.^o e 3.^o periodo o *V* ou *Vianna* por extenso, também sublinhado ou não. Notamos algumas peças do 1.^o periodo com a marca *F.N.* (Fabrica Nacional Viana).

Além disso temos duas peças com a marca propria, a que adicionaram um numero; uma é a jarra mais pequena da Estampa n.^a 3, tendo o n.^a 29 por baixo da marca *Vianna*; outra é o prato da Estampa n.^a 2 com um ramo ao centro e 3 ramagens separadas na orla. Tem a marca *Vianna*, n.^a 2. Estas peças assim marcadas eram os modelos adoptados na fabrica, nessa epoca.

Durante uns 30 anos de pesquisas e colheita de peças da nossa fabrica nunca encontrámos alguma com marca *I*, *D*, ou *R*. Estas marcas pertencem a outras fabricas.

Temos na nossa colecção tres peças marcadas com *I*. Pertencem, segundo crêmos, à fabrica da Fervença (Gaia), ainda que, em alguma cousa a ornamentação respectiva se pareça com a de Viana (3.^o periodo). A marca *R* pertence à manufactura portuense. Temos seis pratos e duas jarrinhas, sensivelmente iguais

dois a dois, e propositadamente diligenciamos adquiri-los para fazer a comparação. Uns tem a marca *V.* outros (os correspondentes) a marca *R*. São evidentemente copias uns dos outros.

Aparecem algumas inscrições no fundo dos pratos (frente) ou mesmo na parte posterior, além da marca propria, ou no bico das canecas, ou no fundo das malgas. São os nomes ou a firma das pessoas a quem eram destinadas essas peças. Na estampa n.^o 5 vê-se no fundo dum prato o apelido — *Tores*. — Pertencia este prato, assim como mais outro, a uma família de Barrozelos, cujo chefe era de apelido *Torres*. O outro prato pertence hoje ao sr. dr. Alfredo Queiroz, o qual tem também no centro (frente) a palavra — *Tores* — e que pertencia á mesma família.

Por ultimo também desejava referir-me a duas particularidades na decoração usada em Viana, e que se dizem sua pertença exclusiva.

Uma é a faixa ou tarja que aparece em alguns pratos (orla) composta de uma linha ondulada, com pontos grossos alternados nas ondulações, intercalada por uma serrilha do lado de dentro e uma ou mais circunferencias concentricas do lado de fora. Prato da Estampa n.^o 2 que mencionámos marcado *Viania*, n.^o 2.

Esta mesma ornamentoação usou-a o grande ceramista Briosco de Coimbra, sendo mesmo de crer que os nossos pintores a imitassem ou copiassem. Também nas fabricas do Porto se usou, como temos num prato nosso.

Outra é uma corda modelada que ornamenta a borda de alguns pratos e que aparece frequentemente no 2.^o e 3.^o periodo. Também no Porto se usou esta corda. Temos duas pequenas bilheteiros, onde se encontra a tal corda analoga, e vimos no Museu de Guimaraes um prato em que a tal corda é igual á de Viana e tem a marca portuense *{R}*.

É uma imitação de Viana, por certo.

Viana do Castelo, 23-10-914.

LUIZ A. DE OLIVEIRA.



CONFERENCIAS E PALESTRAS

O problema social da educação (*)

A questão do *individualismo* e do *collectivismo* tem sido geralmente resolvida de uma maneira que me não parece ser a verdadeira. O problema é mal posto: não há realmente antagonismo entre a individualidade e a socialidade; este antagonismo não aparece senão quando se perdem de vista as relações que ligam aquelles dois termos da polaridade social, quando, em vez de se considerar a individualidade social, se toma a individualidade orgânica. Então, se as idéas e acções da collectividade exercem uma pressão demasiada sobre o individuo, abafando toda a especie de iniciativa, impedindo toda a idéa original de livremente se desenvolver — neste caso, a necessidade que se impõe a educação é desenvolver o espírito de iniciativa, é levantar a individualidade.

Pelo contrario, quando o individuo, unicamente preocupado da satisfação dos seus appetites, lhes subordina os interesses collectivos, e que as diversas actividades individuais deixam de convergir para um fim commun superindividual, então incumbe à educação desenvolver o espírito collectivo e reprimir o excessivo individualismo. Mas este ponto de vista é ainda incompleto. A individualidade e a socialidade, em vez de se combater, tiram uma da outra a sua força de expansão. A individualidade é tanto mais intensa e tanto mais alta quanto mais ella encerra de socialidade. Assim o genio que biologicamente é apenas a faculdade de crear

* Extracto duma conferéncia realizada na Academia de Estudos Livres em dezembro de 1898. Foi conservada a cotação do original.

— psychicamente o que a geração é physicamente — sociologicamente é um poder de synthese social — o poder de concentrar e de systematisar os elementos dispersos das experiencias e dos desejos collectivos, satisfazendo, por uma nova theoria scientifica, uma nova concepção do mundo, uma nova forma de arte, ou uma fecunda invenção industrial, as necessidades vagamente sentidas e confusamente apercebidas de explicação de phenomenos obscuros, de unificação total dos dados da experiencia, de idealização do real, de apaziguamento dos conflitos economicos.

O genio será, pois, tanto maior, a originalidade tanto mais alta quanto mais diversos forem os multiplos elementos de que elle realisa a synthese, isto é, quanto maior for a sua socialidade. Por outro lado, a socialidade elevar-se-ha tanto mais, quanto mais originaes e fecundas forem as individualidades de que se compõe o ser collectivo.

Assim, pois, a educação deve ter por objecto o desenvolvimento da *individualidade social*.

As nossas idéas moraes acham-se actualmente num estado de indecisão profunda. Isto provém de que a moral antiga estava como que soldada ás crenças religiosas, e, desde que estas se desmoronaram, aquellas, seguidamente, desaggregaram-se; e como a moral nova, que tem de ser a expressão do conhecimento claro das leis sociologicas, ainda não teve tempo de se formar, d'ahi o mal-estar actual. A moral metaphysica — a moral do *imperativo categorico*, como as outras — não fez senão reproduzir sob fórmas novas a velha moral theologica. Os espíritos mais ousados, que não recuaram deante da idéa de Deus, estacavam tomados dum pavor sagrado deante da noção do Dever moral. Só ha bem pouco tempo alguns raros irreverentes — entre elles o formidavel vidente Frederico Nietzsche — se atreveram a encarar de frente o terrível problema do Bem e do Mal, a perscrutar o genese d'estas duas idéias e a proclamar o vazio da antinomia sessenta vezes secular. Roberty continua a tarefa do estranho philosopho polaco. E nós vemos despontar vagamente a moral nova, immoralidade de hoje.

Inversamente, as virtudes ou qualidades normaes de hoje serão vicios ou anomalias ámanhã.

A humildade, base da moral christã, que outra coisa não é

senão o servilismo, a receptividade passiva dos espíritos incapazes de fazerem a analyse crítica da auctoridade imposta sem razões, será considerada como um vício. A modestia tal como cada um exige dos outros é uma mentira, e a mentira será na moral nova o mais repugnante dos vícios. A modestia mais não deverá ser senão uma outra forma da verdade e da sinceridade: não procurar alguém fazer crer aos outros que vale mais do que aquillo que realmente vale, que possue qualidades que não tem.

O rancor, sobrevivencia da vingança que nos tempos de luta da animalidade humana representava a reacção natural do atacado contra o atacante — analoga à reacção biologica do ser vivo contra o meio — deverá desapparecer como inutil e prejudicial ao proprio individuo ferido, por acrecentar à ferida sofrida, que já é um mal, o pensamento impotente d'um mal que se desejaria poder fazer, o que é um novo mal, um abaixamento da personalidade psychica.

Os estoicos presentiram a verdadeira ethica e pode-se dizer que o que ha de verdadeiramente grande em moral na historia da humanidade se deve à moral estoica.

Não é facil dizer nos seus pormenores o que será a ethica futura, mas pode dizer-se já que entre as virtudes primarias estarão a coragem moral e a coragem logica: a coragem moral — a qualidade de supportar, ou de não procurar evitar as justas consequencias dos nossos actos e da nossa natureza physio-psychica, quaesquer que elas possam ser; a coragem logica, hoje extremamente rara — a qualidade de olhar em frente à verdade, por mais terrível que ella nos pareça, de não recuar ante a analyse de quaesquer idéas, ainda quando d'ahi possa sobrevir o desmoronar das nossas crenças mais caras.

Acima de todas as virtudes, a moral nova collocará a liberdade e a justiça, aquella não podendo existir sem esta. Aquelle que não é justo não é livre, porque obedeceu a alguma imposição ou suggestão de paixões inferiores que o levaram a commetter a injustiça. Acima, pois, de tudo, a justiça moral e o livre desenvolvimento da vida ideologica. A idéa de justiça reparativa substituirá a noção vaga e irreflectida de caridade. O que hoje se chama esmola e tem um carácter de arbitrio, será amanhã restituição e terá o carácter do justo.

Dever moral será synonimo de altruismo, de socialidade.— O dever não será, pois, unico e immutavel, mas diverso para cada individuo,— neste sentido que, quanto mais alta for a condição social, tanto maior será o dever,— o dever de contribuir para o melhoramento—physico, intellectual, esthetic e moral— dos que se acham em condição inferior.

JOSÉ DE MAGALHÃES.

A influência da instrução e da educação no progresso das nações

Ex.^{mo} Sr.

Distinguido com um honroso convite, pelo Ex.^{mo} Director da Faculdade de Sciéncias da Universidade de Lisboa, para fazer uma conferéncia perante a Academia de Estudos Livres, pareceu-me da maior oportunidade escolher para tema desta palestra, «a influência que a instrução e a educação exercem no progresso das nações». Eu deveria talvez ter preferido um assunto da minha especialidade scientifica e apresentá-lo por uma forma ligeira e amena, se bem que com brilho muito inferior ao que vós estais habituados a apreciar; mas não creio que haja outro problema mais oportuno para a vida nacional portuguesa, do que a citação de factos concretos, que possam constituir um estimulante para preparar o espirito das gerações sucessivas.

Era já esta a pretensão de Rousseau, o grande iniciador, que tanto lutou para reconstituir a sociedade numa época de crise e de tormenta, a seguir a uma renovação radical de instituições. Em vez de uma palestra de carácter scientifico irei pois fazer-lhes uma citação de factos e de impressões colhidas numa viagem de estudo e rigorosa observação pela França e Alemanha, durante a qual se radicou no meu espirito a firme convicção de que a humanidade não é tão feroz como afirmou o filosofo alemão, logo que seja devidamente instruida e educada.

Tem-se dito, que quem venceu em Sadowa e Sedan, Porto-Artur e Mukden, foi o mestre escola alemão e o japonês; mas não foi só a acção instrutiva dos mestres, que produziu o engrandecimento das pátrias de Bismarck e Togo; foi sobretudo a acção educativa exercida na mocidade, que contribuiu para criar e desenvolver as nações mais poderosas. E estes factos são exuberantemente demonstrados nas sociedades mais disciplinadas, onde se notam os progressos rápidos nas grandes indústrias, que empregam centenas de doutores especialistas em química, física, engenheiros mecânicos, eléctricistas, economistas, artilheiros técnicos, etc. Quasi todas as grandes fábricas alemãs se desenvolveram, a par dos progressos científicos, em um período muito curto, para atingirem os progressos consideráveis e a colossal riqueza que hoje representam Goertz, Zeiss, Siemens-Halske, barão de Empain,—o sócio milionário de Leopoldo, Rei dos Belgas e actual proprietário do metropolitano de Paris e da grande fábrica eléctrica de S. Denis,—, Bayer, proprietário da maior fábrica de produtos químicos, que se encontra em todo o mundo, E. Leybold's Nachfolger, o sábio construtor de aparelhos de física; Krupp, que durante meio século empunhou o sceptro da realeza da indústria do aço, até ser destronado por Thyssen. Todas estas criaturas eram ainda há poucos anos comerciantes modestíssimos — incluindo o primeiro Krupp, que começou há um século em uma pequena forja a realizar a tentativa para obter na Alemanha o aço inglês. Todos eles se tornaram os grandes colossos da indústria mundial, logo que nos seus países irradiou a ciência com todo o esplendor. E como todos compreendem o valor da cultura científica, ninguém olha a sacrifícios para que as Universidades, Institutos Técnicos e outras escolas instaladas em palácios sumptuosos, sejam dotados com todos os recursos mais do que necessários para o aperfeiçoamento da instrução. A educação cívica produz um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, como é o sueco, o suíço, o norte americano, o alemão e o inglez.

Vou passar em revista algumas das grandes fábricas que tive ocasião de visitar e indicar-vos-hei qual é o conjunto de medidas adoptadas na assistência às classes trabalhadoras, postas lá por fora em execução.

As fábricas de aparelhos de electricidade da sociedade Siemens-Schuckert e Siemens-Halske de 72:500 contos de capital, representam, em mais alto grau, o reflexo do aperfeiçoamento da cultura scientifica na Alemanha. Ai são empregadas 81:000 pessoas de ambos os sexos, das quais 60:000 trabalham nas oficinas e 21:000 se destinam aos serviços dos escritórios e a outras ocupações e 300 doutores em física, engenheiros, etc. Por todas as grandes cidades alemãs tem aquela firma distribuídos 57 escritórios, onde se trata de assuntos de carácter técnico. Tivemos ocasião de visitar as grandes oficinas do dynamo-werks, perto de Berlim, só uma das quais tem 245^m de comprido por 72^m de largo e é destinada à construção de poderosas turbinas desde 7 metros de diâmetro e de motores electricos de todos os sistemas e dimensões. Uma visita a esta fábrica colossal orienta-nos sobre todos os ramos da moderna técnica da indústria electrica. Assim vimos fabricar máquinas com a energia de 30:000 cavalos, motores destinados a suportarem cargas extraordinariamente fortes e pressões de 400 toneladas, sendo manobrados por uma simples alavanca, e turbinas de 15:000 cavalos. Blocos de aço, que chegam diariamente à fábrica, transportados pelos comboios (15 vagões por semana) carregados com milhares de toneladas, são conduzidos através do espaço por meio de guindastes, que permitem trabalhar um veio de 150 toneladas, com a facilidade com que um ourives maneja a mais delicada bijouteria. No domínio dos caminhos de ferro electricos também se nota uma actividade prodigiosa na Alemanha e na França, cuja exploração se faz intensivamente, recorrendo ao emprego das correntes alternativas. Vimos para esse eleito a construção dos motores para as locomotivas, até 2:000 cavalos. O transporte da energia a grande distância pelo emprego das correntes de alta tensão reveste também um carácter importantsíssimo. No transporte da energia de Moosburg a Munich empregou a fábrica a que venho aludindo 50:000 volts, o que pela primeira vez se conseguiu na Europa; mas este numero já é insignificante, se atendermos a que se trabalha para uma encomenda feita pela sociedade Lauekhammer que vai empregar, no transporte de energia a distância, transformadores de 110:000 volts, o que não se atingia até agora na Europa. Sabe-se que, quanto mais elevada for a tensão atingida, maior será a distância a que

se poderá fazer chegar a energia electrica. Assim, no transporte de força de Molinar a Madrid a energia electrica era conduzida a 250 quilómetros, o que já parecia uma extraordinaria distância. E' também curioso o fabrico dos cabos electricos para o transporte destas energias de tensão muito elevada; assim, vimos os cabos de três condutores para transporte de corrente com 40.000 volts, o que não deve surpreender-nos, porque na estação central de Muldenstein, para servir o caminho de ferro electrico de Dessau a Bitterfeld, empregam-se cabos para 60.000 volts. A medida que as estações centrais de alta tensão se desenvolvem, a energia electrica vai encontrando uma aplicação mais larga na agricultura, para o emprego nas charruas electricas.

Anexa á grande oficina dinamowerk, vimos ainda uma outra destinada á aplicação dos motores aos automoveis, nos quais os 4 cilindros são substituídos por uma única peça e empregando-se também com vantagem 6 cilindros. Produz esta fábrica 600 automoveis por ano, além dos automoveis blindados para o exercito. Vimos a oficina dos projectores electricos empregados em campanha, que são conduzidos em duas viaturas com as dimensões das que transportam as peças de artilharia de campanha. Uma das viaturas transporta o motor e a da frente o aparelho de projecção, igual ao que se usa nos navios e nas fortificações. São estes projectores iguais aos que os bulgares empregaram na ultima campanha dos Balkans.

Além destas instalacões, que de relance foram vistas num dia, visitámos as secções para a construção de aparelhos de correntes fracas, onde tem um papel importante a telegrafia. Nas oficinas desta secção trabalham 3.000 mulheres nos serviços de isolamento das bobines e carretes. Entre os tipos de telegrafos fabricados, figura o aparelho de Hughes, que como se sabe, imprime directamente as letras nas tiras de papel, o telegrafo impressor da Bolsa, que transmite de uma estação central as notícias diárias aos bancos, redacções dos jornais, fortificações nos campos entrincheirados, etc., e o telegrafo rapido de Siemens que permite transmitir 2.000 letras por minuto.

São interessantíssimos os aperfeiçoamentos sucessivos introduzidos no telefone, sobretudo o telefone automatico, tão largamente espalhado pela America e por algumas cidades e por quasi

todas as dependencias das fabricas na Alemanha e França. Pode-se comunicar, por este sistema com qualquer assinante, dispensando as meninas, que por vezes tanto nos fazem arreliar na estação central. Em cada telefone ha um sector munido de aberturas, que se colocam defronte dos numeros digitos traçados numa placa. Para se estabelecer automaticamente a comunicação com um assinante, faz-se deslocar o sector, até que os algarismos do numero do telefone, com que se deseja comunicar, vão passando defronte de um estilete. Basta empregar uma pessoa na estação central, para cada 1:000 assinantes. Vê-se quanto se economisa no emprego de pessoal, com um tal sistema, que permite ao cidadão ter em casa o telefone por um preço muito vantajoso. Pelo emprego das bobines Popin, reforçadoras do telefone se consegue falar com toda a clareza á distancia de 1:000 quilometros. O reforço dos sons nos telefones permite que se ouça as vozes de comando transmitidas da estação central para uma bateria, onde as peças estejam a fazer fogo. Tambem é muito engenhoso o sistema de estações electricas empregadas para dar nas fabricas o sinal de alarme de incendio. Recorre-se para isso ao emprego de relogios electricos, registadores automaticos, varios sistemas de campainhas de alarme, telegrafo, etc., tudo combinado num conjunto maravilhoso. Devemos ainda mencionar a correr, alguns dos instrumentos de medida, electro-medicinais, electro-quimicos, fornos electricos, aparelhos transportaveis para purificar a agua potavel com o ozone, como já se empregou na guerra russo-japonesa; fornos electricos para fundir e refinar o aço e outros metais; fabrico de lampadas electricas de filamento metalico, etc.

Mas para se fazer uma idéa mais completa da riqueza desta fabrica, achamos interessante dar uma indicação muito resumida da sua organisação social na assistencia aos empregados e operarios. Como se sabe, nos países mais adeantados, todo o operario e empregado do comércio tem obrigação de contribuir com uma quota para a caixa de aposentações, administrada pelo Estado e o patrão contribue tambem com uma quota igual, na Alemanha, ou diversa, como sucede noutras países. Assim em França, na

cidade de Paris, os operarios e empregados tem de contribuir com 8 % do salario para a caixa de aposentações, mas pagam 1 % ou 2 %, segundo as condições e os patrões contribuem com os 7 % ou 6 % restantes. A fabrica Siemens paga anualmente ao Estado, para garantir a aposentação dos seus empregados e operarios, a quantia de 1 1/4 milhões de marcos ou sejam 272.500\$00 da nossa moeda. Mas além disso a firma contribue ainda voluntariamente com outras quantias importantes para subsidiar uma caixa de pensões, cujo fundo em 1911 era de 10,250,860 marcos uns 2.530 contos e para o qual os operarios não contribuiram nem com um centavo. Este fundo foi constituído apenas com as pensões oferecidas pela familia Siemens e pelas contribuições avultadas que atingem uma determinada quantia anual, variável o numero de empregados e operarios. A possibilidade de alcançar uma destas pensões começa depois de 10 anos de serviço na fabrica, excepto em caso de acidente no trabalho. As pensões dos empregados variam de 125 escudos até 450 escudos; e para as empregadas, de 80 a 200 escudos. Durante o periodo de 38 anos, que dura a existencia desta caixa de pensões, tem sido pagos uns 4.300 contos. Só no ano de 1911 foram pagos 130 contos.

Além disso a firma paga aos operarios, quando estão doentes, uma pensão de 10 marcos por semana além do salario por inteiro. Também a direcção da mesma fabrica fez um contrato com as instituições hospitalares instaladas em Berlim, para que, à sua custa no caso de doença das mulheres dos operarios, sejam fornecidas enfermeiras para o serviço doméstico ou amas de leite para as crianças. A firma concede também alguns dias feriados sem perda de vencimento e empresta a uma sociedade construtora de predios, os capitais necessários para a edificação de casas baratas para operarios, que pagam em média uns 50 escudos anuais, por quatro compartimentos, com casa de banho.

Mas a organização operária que acabo de citar relativamente à fabrica de máquinas eléctricas, da firma Siemens-Schuckert, Siemens Halske, de Berlim é a mesma que se nota noutras indústrias, tais como, a do aço da fabrica de Thyssen, nas margens do Rheno, Krupp em Essen, Erhardt em Düsseldorf e Schneider em França no Creusot, notável pelos extraordinários progressos que conseguiu apresentar na construção de canhões, que suplantam

completamente a industria alemã, que durante tantos anos conquistou nessa especialidade, quasi todos os mercados mundiais.

A cidade de Essen, com o population de 500.000 habitantes é ocupada em 2/3 partes pelas oficinas e bairros operarios da fabrica de Krupp.

O grau de instrução e educação atingido pelas classes trabalhadoras fazem engrossar as fileiras socialistas e os patrões destinam uma grande parte dos seus lucros, a obras quæ tenham por fim proporcionar aos empregados e operarios o maximo conforto e facilidades na sua vida economica.

E sob este ponto de vista são modelares as fabricas de Krupp e do Schneider. Apesar destas concessões extraordinarias feitas aos empregados e operarios, quando faleceu Alfredo Krupp deixou duas filhas suas herdeiras universais, uma delas casada com o diplomata Von Bolhier ficou com a posse de todos os estabelecimentos fabris e a outra, para ser compensada de tão extraordinaria riqueza, recebeu o capital de 250.000 contos.

Uma visita aos bairros operarios de Essen assombra-nos pelo imprevisto de tanta maravilha. Assim vimos uma grandiosa biblioteca com 85.000 volumes, que os operarios podem consultar sem encargo nenhum; quatro casas de convalescência para operarios, mulheres e creanças. Para se fazer ideia do luxo e do asseio, grandeza dos parques e jardins, basta dizer que só para estas casas de convalescência a familia Krupp ofereceu 1.250 contos (5 milhões de marcos).

No bairro operario encontram-se as habitações para os operarios aposentados, que recebem gratuitamente casa, luz e carvão.

Tambem os operarios tem as cooperativas com uma excelente organização, por meio das quais os celibatarios obtem três refeições por dia pelo preço de 20 centavos, ou apenas o jantar, para todos os outros, que moram distantes da fabrica e pelo que só dispensem a quantia de 5 a 8 centavos. Em todas as fabricas ha os grandes refeitórios para 1.200 a 1.600 operarios, casas de banho, casinos com salas de bilhar, hospitais maternais, etc.

E para se compreender bem quanto a fábrica Krupp, que não é a maior da Alemanha, pode fazer face a encargos tão elevados, basta dizer que só em transporte de material emprega 200 locomotivas e que paga anualmente ás várias companhias de caminhos

de ferro a quantia de 30 a 40 milhões de marcos, ou sejam 7.500 a 10.000 contos anuais pelo transporte de minério, carvão e produtos manufacturados.

A indústria química é tambem uma das que tem maior desenvolvimento nos países que marcham na vanguarda da civilização. Entre todas as fábricas que visitei merece uma especial menção a de Freredito Bayer, em Leverkusen, perto de Colonia, notável pelo avultado numero de patentes de invenção — até esta data umas 6.000 — registadas em todo o mundo. E' sobretudo notável a quantidade de cores de anilina fabricada, que já atinge 100 toneladas por semana. Nesta fábrica estão empregados 285 doutores em química, que nos vastos laboratorios investigam se os produtos apreendidos no mercado são imitações das patentes registadas pela fábrica; procuram aproveitar os produtos secundários para obter mais barato em competência com outros países e tratam de descobrir substâncias novas. Para se avaliar do rapido desenvolvimento desta fábrica, basta dizer-se, que em 1881 contava apenas 50 empregados e 350 operarios e hoje tem 2.020 empregados e 7.200 operarios, utilizando além disso muitos aparelhos automáticos, que economizam muitos milhares de braços, como por exemplo sucede nas oficinas de matérias corantes.

Como exemplo de fábricas que se desenvolveram rapidamente temos ainda a de Goertz, de instrumentos de óptica, em Berlim, que começou por uma loja modestíssima de lentes e de artigos de desenho para alunos das escolas; mas depois, com o auxilio do matemático Hoeüg, que estudou teóricamente uma lente, o mesmo que sucedeu com Zeiss e Abbe, em poucos anos se tornaram milionários, proprietários de fábricas que empregam hoje perto de 4000 operarios e que valem dezenas de milhares de contos.

Entre as grandes indústrias, que são o exemplo mais evidente do que se deve ao grande progresso científico, devemos citar ainda as indústrias eléctricas em França, que empregam a energia nas sub-estações do metropolitano e nas fábricas de diferente natureza. E como actualmente começa a ser deficiente o numero de braços exigido por tanta fábrica, já o engenho humano recorre ao automatismo com um exito perfeito. Assim a fábrica de S. Denis, em Paris, de 100.000 cavalos de vapor, a mais importante da Europa, emprega apenas 30 operarios em todas as oficinas.

São automaticos os guindastes, faz-se automaticamente a alimentação das fornalhas, das caldeiras, os resíduos da combustão da hulha são transportados por meio de aparelhos automaticos para um edifício, onde se fabricam tijolos.

Mas o mais interessante, para o fim da nossa palestra, é o facto de que todo este extraordinario progresso se acentua à medida que se desenvolve a instrução aliada à educação.

E assim se vê como lá fôra não se olha tambem a sacrificios de especie nenhuma para instruir e educar as camadas populares, pois que se o engenheiro e o deator concebem, o operario não só executa, mas tambem possue um extraordinario poder de concepção, que é aproveitado em melhoramentos importantes introduzidos nas diversas industrias.

Ao professor facultam-se-lhe os meios para produzir, para fazer sciencia, que se traduz em obras fecundas de riqueza.

Como exemplo curioso citar-vos-hei o seguinte: a fabrica de aparelhos de fisica de E. Leybold's Nachfolger, em Colonia, subsidia um instituto de fisica, onde trabalham muitos doutores em investigações scientificas; mas quando algum professor das Universidades descobre algum aparelho importante, trata logo de proceder à sua construção e de espalhá-lo pelos mercados. Foi o que sucedeu com a bomba de mercurio do dr. Gaede, professor em Leipzig, que veiu produzir uma extraordinaria modificação em todos os processos de fabrico, que exigiam o vacuo quasi absoluto. As bombas de Sprengel foram abandonadas por completo e foi tal o resultado obtido com a descoberta desse aparelho, que só o seu autor recebeu 1 milhão de marcos (250 contos). Depois da primeira bomba de Gaede, mais três já foram descobertas pelo mesmo autor e fabricadas por Leybold's. São verdadeiramente fantasticas as instalações das escolas alemãs, inglesas, suíssas, francesas e dos Estados Unidos da America do Norte, exactamente as nações, que com os seus produtos mais disputam os mercados mundiais. Em materia de instrução pública diz-nos a estatística, que são os americanos do Norte os mais adeantados, encontrando-se por toda a parte palacios escolares confortaveis, com que Horacio Mann, um dos maiores apostolos da instrução popular, sonhara durante 50 anos. Reunem-se hoje ali nas escolas primarias mais de 45 milhões de crianças ensinadas por 426.000

professores de ambos os sexos, com vencimentos avultados e pagos em dia, que produzem ao Estado uma despesa de 212 milhões de dolars, isto é, quasi duas vezes e meia a quantia cobrada em todas as nossas receitas publicas.

Pelos numeros que citei acerca das mulheres empregadas nos escritórios e operarias se vê como lá fóra se cuida da instrução da mulher, a par da instrução masculina. O numero dos liceus femininos que se encontra por toda a parte é superior a metade dos liceus destinados a rapazes e a frequencia nas Universidades e institutos técnicos regula por 1/3 do numero total de matriculas.

Em Portugal ainda não se conseguiu elevar sequer um único liceu feminino à categoria de central. Mas estes factos teem-se citado quasi diariamente e o efecto obtido é o mesmo que S. João Baptista alcançou quando clamava no deserto. Mas devemos também acentuar que, se lá por fóra é grandiosa a magnitude de tudo quanto se refere à instrução pública, à educação e disciplina, é certo que todos esses progressos não se fizeram num dia, mas sucessiva e gradualmente. Sessenta anos levou a Prussia para colher o fructo que foi semeado depois da tremenda derrota que em 1806 Napoleão lhe infringiu em Iena. A acção educativa exercida sobre os alfabetos é que nos ha-de desenvolver o sentimento da nacionalidade, a par da guerra sem treguas feita ao analfabetismo. Mas são as épocas calamitosas que mais fazem sentir os erros dos alfabetos avassalados pelo espírito egoista. São esses os erros que Rousseau julgava — e com razão — que mais fazem perder o sentimento colectivo da nacionalidade.

É preciso proceder de forma a combater a descrença e o egoísmo feroz que nos impelem para a beira do abismo. Devemos lutar para que se substitua a descrença pela fé no futuro, o egoísmo pelo altruismo, pela abnegação, enfim para que se desenvolva o sentimento da colectividade. E tudo isto facilmente se tem conseguido especialmente nos povos germanicos, e anglo-saxões com muita instrução e educação. E só assim, se os imitarmos, poderá manter-se alto este abençoado pedaço de terra, que a natureza dotou com as maiores riquezas e que soube sempre ser defendido com heroísmo.



BIBLIOGRAFIA

EDUCAÇÃO CIVICA, por Antonio Sergio. Um volume de 146 pag. Edição da Renascença Portuguesa. Porto.

Livro sadio, que se lê dum folego. Para o sr. Antonio Sergio o problema capital da nossa patria é o economico-educativo. É preciso que Portugal trabalhe, valorisando as suas riquezas e *bastando-se a si proprio*; é preciso que em Portugal se desenvolvam as virtudes civicas por processos educativos completamente diferentes dos empregados até agora. Numa outra obra *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares* o auctor definiu a sua teoria das causas da decadência portuguesa, filiando-a no predominio da *educação guerreira* alem do periodo historico em que fôra necessaria. O espirito de cavalaria que dominara na fase da conquista do territorio nacional aos mouros, continua nas jornadas da Africa e da India. Abandonou-se o cultivo da terra pela miragem das riquezas de Alem-Mar e o resultado foi a miseria e o aparecimento do parasitismo, que tem preponderado até hoje. O português teve horror ao trabalho manual e, pobre, miseravel andrajoso, preferiu mendigar o *caldo do convento*, como ainda hoje mendiga um lugar à mesa do Estado, a arrotear o terrão patrio.

Junte-se a esta causa a mania da *purificação* que no seculo XVI determinou o isolamento da Peninsula da influencia estrangeira, trazendo-nos com os jesuitas e a inquisição a dissolução da influencia, que os nossos grandes sabios daquele glorioso seculo exerceram pelo contacto intimo entre a patria e os países mais avançados da Europa, junte-se esta causa á falsa educação das classes dirigentes e teremos vincado o quadro negro da *nossa decadencia*. Ainda hoje o *isolamento* tem partidarios. Em paginas da *Aguia*,

em polemicas amistosas com o sr. Teixeira de Pascoais, o autor tem combatido o *saudosismo*, que é o labaro da *Renescenza Portuguesa*, o *quid* que, segundo Ela, define e consubstancia o genio nacional. O sr. Antonio Sergio vê simplesmente na teoria *saudosista* a tendencia literaria do pernicioso isolamento. E por isso combate-a, advogando o principio de que nos devemos inteirar do que se pratica lá fóra, para de lá fóra trazer o que necessitamos, que valorise material e moralmente a nossa patria. Mas não se julgue que o sr. Antonio Sergio preconisa a copia servil. Dí-lo ele francamente: «Posto que partimos dedutivamente das necessidades portuguesas (e foi por ai que se nos fixaram os objectivos essenciais) constantemente nos aproveitámos da prática do estrangeiro, estudada para seleccionarmos o que melhor visasse aos objectivos demarcados pela analise do nosso problema. Se o raciocinio com a analise determina os fins, é unicamente a experiência que aquilata os meios; e fui por isso á universal experiência escolher os instrumentos mais adequados para uma primeira conversão dos meus conceitos em regras praticas de conduta em receitas concretas de pedagogia, se assim quizerdes. A acção, á experiência, compete depois minuciar, estender e aperfeiçoar constantemente as sugestões de laboratorio e as teorias de gabinete.»

Aqueles que «pxam á sirga a sorna barcaça da *purificação*» acontece que «... mal entram a exprimir idéas, ou politicas ou literarias, servem-nos sómente francesismos: o republicanismo, o monarquismo, o simbolismo *dernier cri*—quando não seja o *avant-dernier*. Crêem que a idéa francesa é nossa, genuina lusitana, e não sei se ligurica, mal lhe estampamos a etiqueta: *made in Portugal*. Depois, só nos resta correr ao novo artigo, á nova lei, á nova revista de Paris, a ver o que daremos no dia seguinte como legitima criação do espirito nacional.»

O nosso *isolado* nos aparece assim, bastantes vezes, elevado de estrangeirismo, mas do estrangeirismo que de forma alguma se harmonisa com o *caso nacional*. A critica do isolado é feita pelo autor nestes termos contundentes: «O preconceito da superioridade do homem *puro*, do isolado; do homem de um só sangue, de um só olho, um só braço, um só horizonte intelectual, uma só furna; do homem metido num recipiente de máquina pneumática,

separado pelo vácuo da atmosfera e dos seus elementos vitalizantes: esse preconceito é o subjacente a todos os pseudo-nacionalismos, mésinhas políticas e literárias para quem na aventura ultramarina se privou da educação do trabalho e da iniciativa produtora; para um povo em que, segundo a frase de Herculano — *o tesouro do Estado substituia a ação dos homens*. A nossa sublime ambição é a remota inocência primitiva, a ponhos de fornecer um argumento de plausibilidade psicológica à hipótese de ter sido aqui, à beira-mar, o paraíso terreal. Intendamo-nos: não vos peço ideologias, ou modernismos na política; peço-os na educação e na economia; na concepção da moral e do trabalho; na mentalidade das pessoas. Não contesto que se possa, e se deva mesmo em muitos casos, ser tradicionalista para a forma, para a estrutura visível da sociedade; mas mobilista sempre para a matéria, para a íntima força criadora. Fazemos precisamente o contrário, levando o neologismo para a forma e o arcásmo para a alma.

«Deste género de patriotismo escreveu Eça de Queiroz ser ele que — *não deixando fazer nada sob o pretexto de que já se fez tudo, imobilizando a nação num pasmo fictício para o passado — o impede de trabalhar para o futuro . . .*»

Quando se importa do estrangeiro haja cuidado sempre em que a *importação* não seja só da forma como também do espírito que deve animar essa forma. O grande erro não é importar: é *não importar suficientemente*. «Somos, diz o autor, como um cavaleiro que mandou vir um carro automovel sem motor, ou uma aperfeiçoada ventoinha sem ter instalado a energia eléctrica. Despachou os caixotes, abriu, montou o carro, deu-lhe de volante, tocou a buzina, bateu o pé, gesticulou, rugiu, estralejou: «— Eh, home! Arreda, arreda, que a coisa agora vai marchar!» — e a traquitana, apesar de tudo, não buliu; acomodou a ventoinha, e a ventoinha parada. Depois arrancou, gemeu, carpin-se, e concluiu redondamente: «O automovel é incompativel com o meu Genio; a ventoinha é inadaptavel à minha Raça!»

«Ora nós imitamos como toda a gente a maquineta da Inglaterra — «a civilisadora do mundo», «o país modelo», como lhe chamou Herculano; avezamos constituição, avezamos câmaras, ministerios saídos dessas câmaras, e uns catitinhos de uns pais da

patria que não são como os ingleses, mas, enfim, são pais da patria; e não são — nem somos — como os ingleses porque copiamos a maquineta mas esquecemos-nos do motor... O motor, neste caso, é a educação dos ingleses.»

A razão, portanto, de todas as nossas desilusões em matéria de naturalização de creações estrangeiras tem sido esta: copiamos servilmente mas não compreendemos o espírito essencial dessas creações externas.

A mola do sistema britânico é o *self-government*. Não só a sociedade, a família, o ambiente, como também a escola educam o inglês no *self-government*. «E a nossa escola? pergunta o autor. Sabe ela ao menos o que isso é? Não, não faz a minima ideia: — e eis aí uma das razões por que a maquineta não marcha.»

Acentuando a inanidade conceitual da educação lusitana, que se pede e ninguém sabe o que é, o autor afirma que nos temos de resignar ao estrangeirismo e a sustentar a urgencia de uma educação anglo-saxonica «adaptada a uma escola do trabalho e da organização social do trabalho. Seria esta a verdadeira educação portuguesa, porque pedida pelas necessidades portuguesas, pela historia portuguesa e pelas condições portuguesas seria ela a verdadeira educação nacional.» A educação moldada e orientada pela do povo inglês seria: «uma disciplina do carácter que ao invés das tendencias fantásticas, sentimentais e sonhadoras que se aí fôram fosse um desenvolvimento da iniciativa, da vontade creadora, da responsabilidade, do auto-dominio — do *self-government*!»

Assentes os princípios orientadores da sua propaganda, o autor passa-nos a falar do *self-government* escolar entre gente anglo-saxonica.

Pondo de parte todas as pequices nacionais sobre educação, o autor afirma que «quem se não contente com fogos de vista ha de pegar do educando e obrigá-lo a agir, proporcionando-lhe ocasiões de actividade — já que a actividade unicamente pela actividade se estimula e se conduz.» Outra segunda ideia fundamental é a seguinte: «a boa vida municipal, o bom cidadão, o bom munícipe que Herculano pretendia não valerá a consegui-lo nenhum processo de instrução, menos ainda o dos discursos, mas o de habituar as crianças á ação municipal, á propria vida da cidade,

ao exercício dos futuros direitos de soberania e de *self-government*: criar-se-ia este regime concedendo forais ás nossas escolas, de modo que a turbamulta estudantil, em vez dum rebanho estúrdio mal pastoreado pelo mestre, reitor, director ou vigilante, formasse um verdadeiro município, sob a assistência, o conselho e a cooperação discreta dos professores. Seria assim a participação dos estudantes no governo das escolas bem maior que no sistema clássico inglês, e directa e larguissimamente exercida, como o é hoje em muitas delas na União Americana.»

Poderia julgar-se inaplicável a países meridionais o *self-government* escolar. Mas o exemplo de Cuba, onde se obtiveram resultados maravilhosos, parece concludente para o autor.

Nos capítulos seguintes, sempre cheios do mesmo interesse, o autor estuda a Cidade-Escola, à maneira de Wilson Gill, o seu inventor, e a *Júnior-Republie*, de R. W. George. Ainda muitos outros processos de *self-government* aplicados ás escolas americanas preocupam a atenção do autor, que os analisa metodicamente.

O leitor poderá proseguir com o maior proveito a leitura do notável trabalho, que o tempo assim dispendido será compensado pelo regalo de travar relações com o espírito dum homem, apaixonado amigo do seu país.

A preocupação do autor revela-se bem nestes períodos finais do seu livro: «Os remedios são, evidentemente, uma escola do trabalho e da autonomia, do labor profissional e da iniciativa — uma escola útil para a vida: é essa mesma que vos proponho. Dessa escola não vai banida — bem ao contrário! — a educação estética e filosófica: só nela a arte, a ciencia e a filosofia tomam vida, deixam de ser um cadáver mumificado numa sebenta. Não vos canseis com os problemas de compendios e programas: cumpre revolucionar os próprios métodos, o ambiente social em que a criança vive, apelar para as *acções* e para os hábitos pelas *acções* instituídas. Uma carneirada escolar dá uma carneirada administrativa, e um decorador de compendios, um amanuense; mas se cada escola for uma Cidade, um laboratorio uma oficina; se conseguirmos deslocá-la do enciclopedismo para a criação — o aluno ao sair irá marcado, terá amoldado o seu espírito á iniciativa produtora e virá a ser para a sociedade uma fonte de

progresso. Foi o que inisinei concretamente comentando os exemplos do *self-government* e da República Infantil; se, porém, nesses modelos indicámos como obter não só o espírito prático necessário mas também o de reforma, não tratámos ainda completamente as qualidades que com mais rigor se chamariam sociais: é o que reservamos para mais tarde, ao estudar a educação profissional.»

Qual seja a orientação do livro prometido di-lo o autor na *advertência* preambular dêste que nos ocupa: «Devo dizer que neste caso «educação profissional» não é aquilo a que chamaremos «educação técnica», isto é, o cultivo da técnica pela técnica, o da especialidade pela especialidade; entendemos por educação profissional a educação genérica do trabalho, em que se toma o exercício de uma arte usual como meio educativo, e em que se concede especial valor ao trabalho em comunidade — trabalho em que a ação do indivíduo se vai inserir num plano geral, animado assim do sentimento duma obra colectiva.»

O sistema coordena-se assim, formando um todo, um bloco. Na Escola a criança não se prepara para exercer qualquer determinada profissão; a criança prepara-se para a Vida, nas suas complexas formas. Porque temos a mesma opinião, o nosso aplauso é incondicional para este modo de ver. O trabalho manual na escola primária, e é dessa que principalmente trata o sr. Antonio Sergio, nunca deve ser orientado na ideia de preparar o aluno para ser um bom carpinteiro ou um bom marceneiro... O trabalho manual servirá para disciplinar a ação e dar ao aluno, na conjugação do seu esforço com os dos outros condiscípulos, o sentimento duma obra colectiva como diz o sr. Antonio Sergio.

Não antecipemos, porém, considerações mais adequadas a quando do aparecimento do novo livro.

Por agora, recapitulemos as nossas ideias apresentando-as — para esclarecimento do benévolo leitor — por uma forma nítida e precisa.

Todos os processos de *self-government* escolar, como são praticados na América em escolas de crianças de menos de 14 anos, reduzem-se a dois tipos: o método da cidade-escola e o chamado

método Ray, do nome do seu inventor John T. Ray, director da *Crear School*, de Chicago.

O primeiro consiste em considerar a escola como uma cidade e as diversas classes como outros tantos bairros. Cada classe tem os seus funcionários especiais e o conjunto de todas, formando a *cidade-escola*, tem o seu governador civil, câmara municipal, presidente de tribunal, juizes, polícias, prisões. Todos os funcionários são nomeados pelos próprios alunos, exactamente como acontece na vida pública. Habitam-se assim as crianças a servirem-se do voto. Uma outra vantagem que se assinala é que os *funcionários* da cidade-escola asseguram eficazmente a disciplina. São eles quem vêla pela manutenção da ordem nas classes e fóra delas. Os recalcitrantes são levados ao tribunal e este, depois de ter conferenciado com os professores, aplica-lhes as penas conforme as faltas cometidas. Contra este método tem-se levantado esta objecção: que a acção disciplinar de alguns alunos sobre todos os outros reveste um certo carácter odioso.

O método Ray, muito mais simples, não conhece tribunais nem julgamentos e quer actuar principalmente pela influencia moral. Os *funcionários* são pouco numerosos. Cada classe elige todos os meses um ou dois rapazes ou uma ou duas raparigas, que são os seus representantes — *tribunos* — junto do mestre. E' a esses tribunos que os alunos dirigem as suas queixas: são eles também que se esforçam por levar ao bom caminho os delinquentes e apenas em caso de reincidência se dirigem ao professor, que só então intervém. Todos os semestres realiza-se uma eleição, em que os alunos designam, dentre eles, os que consideram como os melhores no ponto de vista moral e como os mais capazes. Estes recebem o título de *cidadãos da escola* e usam, como insignia da sua dignidade, um anel. E-lhes deixada plena liberdade de acção e, para tudo que respeita ás obrigações escolares, só são responsáveis perante a sua consciencia. A maior parte observa, fielmente o juramento prestado quando da investidura na dignidade, juramento concebido nos seguintes termos: «Na minha qualidade de cidadão desta escola, prometo cumprir sempre o meu dever e exortar os meus camaradas a procederem da mesma forma. Ajudarei, quanto caiba em minhas forças, os mestres e os tribunos a manterem a boa ordem.»

Quem nos dá agora estas informações (*) acrescenta que é preciso ter sempre em linha de conta o facto de os alunos das escolas primárias americanas ali permanecerem até à idade de 16 anos, podendo por isso acontecer que os tribunais e os cidadãos sejam crianças dumha idade relativamente adantada. E' preciso por isso não esquecer o facto de o limite da idade escolar dever ser nas nossas escolas primárias o dos 12 anos. Os métodos são sempre considerados segundo o criterio da experienzia local e por isso terão de ser aplicados consoante as nossas necessidades, o que é, aliás, da mais rudimentar prudencia.

Entre nós ter-se-ha feito alguma experienzia do *self-government* escolar?

Vejamos:

Na sessão de 21 de fevereiro de 1914 da Sociedade de Estudos Pedagogicos (vidé o n.º 3 da 1.ª série da *Revista de Educação Geral e Técnica*) o socio daquela agremiação sr. Quartin, falando da Escola Domingos José de Moraes, de Viana do Castelo, de que era director, disse o seguinte:

*Ha banhos gerais obrigatorios, vacina e revacina. A escola oferece fardamento aos alunos. Ha duas ordens de palestras semanais: umas feitas pelo medico sobre questões práticas de higiene; outras pelo director sobre educação cívica, crítica de costumes, etc. A todas assistem as famílias dos alunos, determinando-se assim, alem da educação das massas populares, a união, o amor das famílias pela Escola. Os alunos visitam todos os monumentos e fábricas da cidade e arredores. Teem o ensino da ginástica e canto coral, tendo já formado um orfeon. As lições de educação cívica são feitas por uma forma originalíssima: supõe-se que a Escola constitue uma nacionalidade com todas as suas instituições sociais e políticas. Os pequenos alunos são os cidadãos da minúscula nação e praticamente ensinam-se-lhes os seus direitos e deveres. Eles elegem as câmaras legislativas, constituem os tribunais com os seus diversos graus jurídicos, etc., etc.

(*) «Le «self-government» des élèves dans les écoles primaires», artigo de M. Kaiser na revista «Les documents du progrès», junho de 1914.

Habituam-se assim, «brincando», à prática da vida social e económica.»

Só como desejo de realização prática trazemos à luz este exemplo caseiro, porque na verdade duvidamos muito de que se trate dum autêntico processo de *self-government*. E a nossa dúvida estriba-se principalmente naquele «brincando». Os americanos não estabeleceram, com certeza, os seus métodos de *self-government* escolar para levar pela brincadeira as crianças a educarem-se cívicamente. A cidade-escola deverá dar-lhes pelo contrário a impressão duma causa séria, legítima e legal. As funções da cidade-escola são funções reais, que devem por consequência dar à criança a impressão da *realidade*. Se não fôr assim, péssima educação se ministraria. O aluno sairia da Escola com a impressão falsa de que a vida pública e as funções públicas eram um objecto de brinquedo, como meros brinquedos seriam todas as outras instituições humanas. Obter-se-ia desta maneira o contrário do que se visava.

Eis ai um dos perigos que teria o estabelecimento do *self-government* escolar entre nós: não ser compreendido e executado devidamente. E para ser compreendido e bem executado é preciso, primeiro que tudo, que haja mestres.

Mas como poderemos nós possuir-los se lhes pagamos miseravelmente e se miseravelmente os apetrechamos nas nossas chamadas Escolas Normais? Má preparação pedagógica e mesquinhos provéntos não são matéria e estímulo suficientes para que o nosso mestre-escola seja o que deve ser e ele quer ser!

C. G.

O NAVIO DOS BRINQUEDOS, por Antônio Sérgio. Um folheto de 15 páginas com ilustrações de Vasco Lopes de Mendonça.

O autor faz às crianças não um discurso mas uma *fala*, de rara beleza estética, contando-lhes o que é o *Navio dos brinquedos*, que há poucos dias chegou à Itália, pelo Natal, carregado de bonitos que os pequeninos americanos mandaram aos pequeninos

dos soldados das nações europeias em guerra. O autor *desce* propositadamente a linguagem própria até à compreensão infantil. Fala às crianças nos termos que elas usam, com as repetições devidas, vincando sempre a mesma nota de *amor ao trabalho e solidariedade*. Conta-lhes como foi descoberta a America pela vontade pertinaz dum homem que se chamou Colombo. Diz-lhes como foi que os ingleses, depois dos franceses e espanhois, que eram apenas soldados, comerciantes e governadores, souberam ser senhores daquela terra, porque a cultivaram. E esses ingleses tiveram filhos e estes filhos cresceram e tiveram filhos também, até que os homens que são hoje donos da terra da America já se não chamam ingleses, mas americanos, embora falem a língua dos ingleses e se pareçam com eles.

Estes americanos são homens muito trabalhadores e arranjados e por isso prosperam. E não só as pessoas crescidas são assim trabalhadoras e diligentes na America: também os meninos pequenos. A prova é esta verdadeira história do *Navio dos Brinquedos*:

*Estava um menino americano ouvindo dizer que a guerra duraria décadas até o fim do ano. Começou então a pensar lá consigo que se assim fosse os filhos dos soldados que estão na guerra não teriam quem lhes desse brinquedos este ano pelo Natal. E como na America estão muito acostumados a ajudar-se uns aos outros, o menino lembrou-se de que ele e os outros meninos americanos poderiam trabalhar e ajudar-se uns aos outros para que todos comprassem muitos brinquedos, enchessem com eles um navio muito grande e os mandassem aos filhos dos soldados. Começou a falar na sua ideia, os outros meninos entusiasmaram-se com ela e as pessoas crescidas prestaram-se logo a ajudar os meninos. Até o presidente da República quis emprestar um navio de guerra para trazer os brinquedos!

«Puzeram-se os meninos ao trabalho como se fossem homens. Alguns foram vender jornais para a rua como os garotos, para ganharem dinheiro e poderem comprar brinquedos para mandar aos filhos dos soldados. E' que na America trabalhar, seja no que for, é sempre uma honra: lá nessa terra há pessoas crescidas que estão a acabar os estudos para serem engenheiros e médicos e trabalham como engraixadores e como criados nos cafés para

ganharem dinheiro e poderem terminar o curso. Que admira que os meninos fossem vender jornais para a rua?»

Basta! Transcreveríamos todo o trabalho se déssemos ouvidos apenas ao nosso entusiasmo. Quasi nos atreveríamos a dizer que o sr. Antonio Sergio escreveu agora a sua melhor obra.

Como desejariamos que este livrinho, lindamente ilustrado, andasse nas mãos de todas as mães portuguesas para que elas lessem aos seus meninos a linda historia do *Navio dos Brinquedos!*

C. G.

PRIMEIRO NÚCLEO DE UM MUSEU INSTRUMENTAL EM LISBOA, catálogo sumário coordenado por Michel Angelo Lambertini. 1914. Um volume de 147 páginas.

A importância que damos a este trabalho poderá aquilatar-se pelo que escrevemos na 2.^a série dos Anais a propósito da tentativa da criação do Museu Instrumental pelo sr. Lambertini. Este ilustre artista moveu céu e terra para levar o Estado a compreender a vantagem de criar um museu instrumental formado pelo recheio do que, neste capítulo, havia de valioso nas casas religiosas. O sr. Lambertini conseguiu fazer-se ouvir por um ministro e por ele foi encarregado de colecionar o que de melhor encontrasse para o Museu Instrumental. Mas sobreveniu outra situação política e outro ministro, e este despacha o carola (permitam-me o termo) para a sua profissão, para o seu estabelecimento, não fosse o intronizado perturbar a solene gravidade dos gabinetes ministeriais com as suas importunações. Contámos já isto por miudos e para a referida 2.^a série dos Anais remetemos por isso o leitor que quiser conhecer o facto pormenorizadamente.

Apesar de despedido, o sr. Lambertini continuou a tarefa que se impôs e, pela sua influencia particular, conseguiu já reunir uma colecção interessantíssima, de que nos fala este catálogo, ilustrado discretamente e recheado de anotações, que por si próprias constituem um valioso elemento de estudo. Não é banal um catálogo assim ordenado; é um trabalho que se guarda na estante,

com religioso cuidado, pelo seu duplo merecimento de ser: — uma prova da constância e da boa vontade dum homem, que muito se tem esforçado pela Arte Portuguesa, e um repositorio utilissimo de bons conhecimentos sobre um ramo de industria que muito poderíamos desenvolver se em Portugal houvesse escolas onde se aproveitasse e aperfeiçoasse a aptidão notável dos nossos artífices.

G. G.

COLEÇÕES DE ARTE EM VIANA DO CASTELO

Nota adicional ao artigo a pag. 1

Depois de escritas as nossas considerações sobre os produtos da extinta fábrica de faianças de Viana pudemos conseguir mais alguns documentos interessantes, dos quais uns confirmam a nossa maneira de ver, outros porém alteram algum tanto a nossa opinião formulada, com o que sentimos um grande regozijo, por isso que nos parece termos encontrado, em documentos valiosos, a prova irrecusável de que os mestres decoradores das brilhantes peças cerâmicas de Viana (periodo aureo) foram insignes pintores portugueses e não franceses de Rouen, modificando assim por completo o nosso anterior parecer.

1.º — Azulejos

Ha pouco tempo e accidentalmente tivemos ensejo de observar um pequeno grupo de azulejos, que, como os boiões da Misericórdia, também decerto foram mandados fazer por encomenda, para constituir o mostrador do relogio da torre da igreja do Carmo, desta cidade. Formavam um grande quadrado, onde estava pintado, a azul, o mostrador. Forum, ha alguns annos, arrancados estes azulejos e a maior parte deles inutilizou-se.

Alem de alguns mais, conserva-se nesta cidade um grupo de quatro, que ocupava o fundo do quadro do mostrador, onde se encontra, dentro dum rotulo, a azul, a seguinte legenda:

**FABRICA • DE VIANNA
ANNO • DE 1793**

Infere-se desta legenda:

1.^o Que a fabrica tambem produziu azulejos; sendo estes, a que nos referimos, feitos nos fins do primeiro ou principios do segundo periodo;

2.^o Que a fabrica, nessa época distante, se denominava fabrica de Viana. Este documento dissipa todas as duvidas que ainda poderia haver sobre a designada fabrica, e portanto tambem o que dissemos a respeito das marcas. Sempre se denominou fabrica de Viana e não de Darque.

2.^o—Peças do período áureo assinadas

As restantes peças, que reputamos documentos muito interessantes, são três pratos e uma tijela ou malga, com a assinatura dos pintores ceramistas.

Todas estas peças são brilliantissimas, uns verdadeiros especimes de beleza, assinados no fundo (parte externa) pelos srs. José da Costa e Antonio Rodrigues da Silva.

Dos pratos dois estão assinados:

JOSE • DA COSTA

e um em breve

• i • IC •

A tijela ou malga, decorada interna e externamente (policromia, como todos os pratos) quasi em miniatura, apresenta no

fundo, externamente, alem da marca V. o nome do pintor por extenso:

ANTONÍO
RZ*, DAS, ^

Estas peças devem datar de 1780 e tantos.

Cessaram, pois, com grandissima alegria nossa, as hesitações que se nos tinham insinuado no espirito; e ai temos pelo menos dois geniais artistas decoradores das mais belas peças de faiança da nossa fabrica.

Julgamos que estes artistas poderiam ter vindo de alguma fabrica de Lisboa dessa época.

Conversando recentemente com os srs. dr. Luis da Costa e Luis Keill, (que nos deram o prazer da sua visita ás nossas colecções) a propósito deste assunto das assinaturas, disseram-nos conhecer em Lisboa, creio que na igreja do Carmo, azulejos artisticos assinados por um José da Costa e datados de 1740 e tantos.

Talvez seja este José da Costa o mesmo pintor das peças de Viana. Atribuimos estas peças aos anos de 1780 e tantos proximamente. Supondo que o artista decorasse os azulejos de Lisboa tendo 20 anos de idade, aos 60 ainda se deve ter vigor e firmeza para pintar as distintíssimas peças de Viana assinadas.

Na nossa colecção de aguarelas, desenhos e sanguineas possuímos dois desenhos assinados e datados por Maximo Paulino dos Reis, nosso pintor do seculo dezanove, delineados por ele, tendo de idade 85 e 86 anos... E não se reconhece falta de vigor e firmeza nos desenhos, apesar de executados em idade tão avançada. Tambem conhecemos belas gravuras do grande Bartolozzi quando ele tinha 80 e tantos anos de idade. Não admira pois que o pintor José da Costa (se é o mesmo), aos 60 anos produzisse estas peças incomparáveis de Viana.

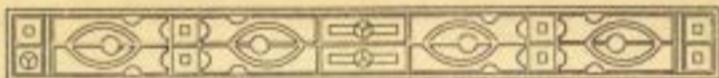
Temos na nossa colecção de faianças muitas peças de varias fabricas do Porto e Gaia, em que a composição é dum efeito deslumbrante pela combinação do desenho e das cores. Mas comparando uma destas melhores peças com qualquer das melhores peças de Viana, a diferença é frisante.

Na perfeição e minudencia do desenho e na harmonia deliciosa do colorido, a vista do observador abandona a primeira para se fixar demoradamente na de Viana.

Nota-se que estes artistas do Porto e Gaia, como os de Viana, se deixaram dominar pela decoração e maneira dos artistas de Rouen, como afirma o sr. Joaquim de Vasconcelos e nós também assim pensamos.

Recentemente tivemos ocasião de analisar, com certa demora e insistência, alguns aventureiros garridos dos vestidos tradicionais das lavradeiras das freguesias rurais desta cidade e reconhecemos que, ao contrário do que tínhamos admitido no estudo anterior, alguma influência deveriam exercer nos pintores da fábrica de Viana, e bem assim a variedade e tonalidade vivissima produzida pelas iluminações (a copinhos) em noites de festa nos arraiais do Minho, concordando assim com a opinião respeitável que nos apraz acatar do nosso amigo sr. José Queiroz e ex.^{mo} sr. Joaquim de Vasconcelos.

LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA.



Saint-Germain-en-Laye

Visita da excursão portuguesa em 1913

Foi ao caminhar pela soberba esplanada do admirável parque de Saint-Germain, e vendo o exterior do antigo palácio real, que hoje encerra o notável museu daquele nome, que um dos companheiros franceses da *Université Populaire*, que tinham proporcionado á excursão portuguesa desta Academia o belo passeio fluvial descendo pelo Sêna até Le Pecq, a bordo do *Chateau Flottant*, me chamou a atenção para as características do estilo Luis XIII, de que aquele palácio é típico, constituindo o facto uma lição prática das que não mais esquecem.

E' sabido quanto, na segunda metade do século XVI, a França sofreu por motivo das lutas religiosas entre católicos e protestantes, que originaram a Saint Barthélémy, a Liga e outros desastres sociais que debilitaram aquela nacionalidade.

Assim, depois de no belo país da França ter tido a arquitectura um tão notável adiantamento, como o comprovam as imponentes e lindas catedrais góticas e os esplendidos palácios da Renascença até á primeira metade do século XVI, cheias de rendilhados e de adornos, veiu uma época de forçada simplicidade nos edifícios erigidos ou restaurados nos reinados dos últimos Valois, de Henrique IV e de Luis XIII, pelo precário estado em que aquela nação se encontrou após tantas desastrosas lutas civis.

A simplicidade arquitectónica manifesta-se bem nas fachadas exteriores dos edifícios de então, pois em vez da pedra lavrada de esculturas e ornamentos avulta bem á vista, nobremente, o tijolo em fiadas regulares. As cantarias só se vêem aplicadas parcimoniosamente nos cunhais, nas linhas gerais dos edifícios e nos vãos das suas janelas e portas, sendo o conjunto de um aspecto

realmente interessante pelo destaque do branco da pedra, que aliás o tempo enegrece sobremaneira em França, sobre o fundo avermelhado dos tijolos.

Tal é a característica do vasto palácio de Saint-Germain-en-Laye, o qual é constituído por vários grandes corpos salientes e reentrantes, tendo vastas janelas em dois pavimentos além do rés-do-chão, e em que todos os detalhes são acusados pelas cantarias, salientadas pelas fiadas de pequenos tijolos que formam as paredes.

Este mesmo aspecto nota-se em Paris nos grandes edifícios que cingem a quadrada praça dos Vosges, aspecto que inalteravelmente lhes tem sido conservado pela municipalidade desde que aquele recinto foi começado no reinado de Luís XIII, que em estátua equestre se vê alteiado sobre um pedestal no meio daquela curiosíssima praça parisiense.



ESPLANADA DE SAINT-GERMAIN-EN-LAYE

Gosada a bela vista da esplanada delineada pelo genial jardineiro Le Notre e os seus adornos esculturais ao centro de lindas placas de flores, numa extensão superior a dois quilómetros, e as perspectivas dos arruamentos por entre os maciços de arvoredo, a vista repousa no colorido palácio dos antigos reis franceses e hoje Museu de antiguidades nacionais.

Históricamente sabe-se que este palácio teve a sua origem

numa torre de menagem da época de Luis o Gordo, sendo um excelente miradouro para descobrir as barcas invasoras dos normandos, que mais de uma vez subindo o Sena puzeram Paris em grande perigo.

Mais tarde, em 1238, Pedro de Montereau, o famoso arquitecto da Santa Capela de S. Luis, levantou tambem ali uma linda capela ogival, que ainda subsiste.

Arruinado o primitivo palácio quando da guerra com os ingleses, foi depois restaurado no reinado de Francisco I e mais tarde ampliado ainda pelos seus sucessores da casa Valois, por Henrique IV e por Luis XIII. Foi neste palacio que nasceu Luis XIV, mas apesar de seu pai tanto apreciar aquela esplendida residencia, o rei Sol desgostou-se dela e fez erigir o colossal palácio de Versailles, com o seu esplendoroso parque.

Como dissemos, Saint-Germain-en-Laye é um notável museu histórico, tendo sido restaurado em grande parte na segunda metade do século XIX, seguindo os arquitectos nesse restauro os primitivos planos. Nele se admiram as colecções organizadas a princípio pelo falecido Mr. Mortillet, — o mesmo sabio que em Lisboa foi um caloroso defensor do *homem terciário*, cujos vestígios o nosso sabio Carlos Ribeiro demonstrou terem havido aqui em Portugal, nas proximidades de Ota. — As colecções do Museu são notabilíssimas e diz-se que sem rival no mundo, constando de monumentos representativos das civilizações gauleza, galo-romana e dos francos até ao tempo de Carlos Magno, ou seja até o século VIII da nossa era, e que se distribuem pelos tres pavimentos do referido palácio decorado no sobrio estilo Luis XIII.

Uma bela recordação nos ficou do lindo passeio a Saint-Germain-en-Laye, do seu palácio, do seu parque, da esplanada e do deslumbrante panorama dos campos dos subúrbios de Paris que dali se desfruta; passeio escolhido com fino gosto pela direcção da *Université Populaire* e com que esta obsequiou os seus camaradas (fraterno tratamento que nos deram) da Universidade Popular de Lisboa, que tiveram assim ensejo de, além de admirar as graciosas e uberrimas margens do Sena, apreciar uma das mais notáveis curiosidades artísticas das proximidades da grandiosa capital da França.

RIBEIRO CRISTINO.



ANOTAÇÕES DA GUERRA

Todos sentimos que alguma coisa de novo e de imprevisto vai surgir desta tremenda guerra, que assola a Europa.

Ficarão de pé os valores morais de hoje? Os princípios que consideravamos como axiomas no campo da pedagogia sofrerão algum correctivo?

O receio do desconhecido assoberba-nos, não haja dúvida...

Examinando superficialmente a situação, tudo nos parece ilógico e inexplicável. Levaram um golpe terrível os princípios da neutralidade, que tratados internacionais reconheciam. Destruiram-se obras de arte admiráveis, que até aqui tinham sido respeitadas religiosamente. Evocou-se, para justificar estes atropelos, a *necessidade da guerra, o interesse superior das nações*. Os compromissos solenes foram rasgados como bocados de papel sem valor.

Acima de tudo, ficará então pairando o individualismo das nações?

A nova moral inscreverá como a mais sublime das virtudes o respeito da força, a legitimidade do exercício da força contra os fracos?

Estas ideias, por mais monstruosas que nos pareçam, tem quem as defende.

A moral da força poderá ser amanhã uma realidade histórica, determinando novas direções aos governos dos povos. Mas será necessário reconhecer que essa moral tem de ser servida por um progresso desmedido da Ciência, pelo progresso material, para se poder impor.

A fantasia de Zola — em *La Débâcle* — permitiu-lhe visionar, encravado no campo da batalha de Sédan, um recanto paradisíaco onde o lavrador continuava a arrotear tranquilamente a

terra, indiferente à sanguinosa luta que se travava perto. Era a imagem da vida decorrendo serena e tranquila, imperturbável à acção destruidora do Homem. Hoje já não podemos compreender esta concepção lírica, porque — perante o actual conflito — não há, não pode haver indiferentes. O próprio paraíso seria agora espiado pelo aviador audaz que sulca as altas regiões da atmosfera e lança bombas incendiárias onde quer...

Aqui e ali surgem argutos pensadores, indicando aspectos novos, que já parecem esboçar soluções de problemas económicos e sociais.

«As estatísticas locais, diz um jornal, demonstram que na Russia morrem 200:000 pessoas por ano vítimas de enfermidades mais ou menos provocadas pelo alcoolismo. Até na infância faz estragos o flagelo: 10 por cento apenas das crianças que frequentam as escolas elementares públicas se abstêm do alcool; numa escola de meninas, frequentada por 30 alunas, deu-se o facto doloroso de haver 17 que se embriagavam frequentemente! Pois ouvi agora o que disse o Ministro da Fazenda desse país a um correspondente do *Daily Chronicle*, falando duma medida tomada por causa da actual guerra: «a proibição da venda das bebidas alcoólicas produziu já maravilhosos efeitos económicos, higienicos e morais. O total dos fundos depositados nas caixas económicas passam, de 35 milhões de rublos em 1913, a mais de 84 em 1914. A saúde pública melhora duma forma muito notável e os efeitos morais obtidos são extraordinários. Desde a proibição do *wodka*, o povo trabalha com crescente energia, aumentando enormemente a produção das fábricas; a vida das famílias tornou-se mais regrada e mais bela e em toda a Russia a criminalidade decresceu. Quando por ordem do Czar publiquei o decreto de proibição, eu próprio me considerava um novo D. Quixote, arriscando uma aventura fabulosa, que havia de fracassar ante a realidade; pois asseguro-vos que, ainda que quisesse anular agora esse decreto, ninguém o consentiria; o povo negar-se-ia a voltar à anterior liberdade de consumo de alcool.»

Na Alemanha o problema da alimentação pública durante a guerra tem sido considerado como dos mais graves. Naquele país

as associações de mulheres teem tratado a serio da questão e estudado planos de alimentação racional para gente com poucos recursos. Existe já uma biblioteca imponente de livros e folhetos, compreendendo catecismos de cozinha de guerra, livros de cozinhas baratas, etc. Teem-se aberto também cursos de cozinhas. Não é indiferente tal facto a quem se preocupa com a questão da alimentação das classes pobres. É possível, portanto, que a experiência destes calamitosos tempos influa beneficamente no bem estar futuro da classe proletaria: — assim o julgam certos pensadores.

Aquele caso apontado dos resultados beneficos da proibição do consumo do álcool na Russia, explica-se talvez pelo progresso assombroso desse país desde o decreto de 6 de agosto de 1905, que proclamou o regimen constitucional e parlamentar, criando a Duma. Temos presente um bom artigo de Cristobal de Castro, que afirma categoricamente a realidade desse progresso, documentando-o com concludentes provas. Comparando o que foi e é a Russia, assegura o escritor haver entre um e outro estado apenas uma contradição: *a do tempo, a cujo poder não resistem nem imperios nem resoluções, nem sequer — oh! dói! — as ironias mais sutis...*

Que surpresas, de toda a ordem, nos dará esse colossal império, misterioso cadinho de desconhecidas energias, quiçá despertadas e fortalecidas na gigantesca luta?

A entrada dos turcos na guerra não foi surpresa para pessoa alguma. Todos conheciam a influencia da Alemanha sobre o partido dos jovens turcos. Mas na propria Turquia será verdadeiramente popular essa intervenção?

O general Eiffel-Pachá, prisioneiro dos russos, dá-nos algumas informações sobre o estado de alma do povo turco. Interrogado por alguns correspondentes de jornais, disse:

— Fomos para a guerra cumprindo um dever; em todas as nações do mundo, porém, a guerra defensiva é mais popular e desperta maior entusiasmo do que a ofensiva. Demais, deram-nos um papel secundario: o de distrair forças russas nas nossas fronteiras e o de ameaçar o Egito para que os ingleses mantinham

naquele país, em vez de traze-las para o continente, as suas forças coloniais. Em todo o caso, a nossa entrada em acção foi prematura, porque não estávamos repostos das perdas sofridas na ultima guerra balkanica. Apelou-se para o supremo recurso de proclamar a guerra santa, sem que fosse iminente o perigo nem para o Islamismo nem para o Imperio. E esse recurso não devia pôr-se em prática duma maneira tão precipitada; menos ainda pelos homens que com as suas ideias e procedimento político pouco respeitaram as arreigadas crenças religiosas do povo muçulmano. Não se extinguem facilmente as tradições e os costumes duma nação tão crente como a nossa. E se se intenta fez-las desaparecer a pretexto de impor uma nova civilisação, não é prudente recorrer a essas crenças religiosas para que sirvam de estimulo guerreiro. As guerras santas nos séculos passados inspirou-as a fé, e os sinceros crentes não podiam confiar a salvaguarda dos seus sentimentos piedosos aos scepticos, que não souberam respeitar as suas intimas convicções.»

Se estas palavras representam uma corrente forte da opinião turca, é de acreditar que tenhamos de nos haver no futuro com o recrudescimento da fé islamica. Abater o poder da Turquia será relativamente facil. Mas o Islam?... Seguida por milhões de homens, a religião de Mahomet não será um valor nulo; pelo contrario, influirá na marcha da civilisação. Principalmente se se tomar o exemplo da Alemanha, juntando ao imperio da crença o influxo dos progressos materiais. Para tal se conseguir, servirá a influencia dos processos postos agora em prática pela *Joven Turquia*...

Lembremo-nos sempre do principio de que o novo estado de cousas será auxiliado pelas forças crescentes do progresso material. Desculpem-nos a repetição da afirmativa...

A questão do militarismo é das que mais apaixonam as multidões. Ha os que defendem os principios militaristas com entusiasmo, apontando a vida militar como a mais propria para desenvolver qualidades de abnegação e de disciplina, que depois na vida prática representam vantagens individuais de sumo valor; ha quem deteste o militarismo, apontando-o à execração. A actual guerra europeia fez desenvolver — não ha duvida — uma energia

que julgavamos não existir no homem moderno. Se compararmos a coragem do soldado que actualmente luta nas trincheiras com a coragem do soldado de Napoleão, combatendo à luz do sol, embriagando-se com o próprio espetáculo da sua viril audácia, nós veremos que a primeira fará inclinar para o seu lado o fiel da balança. Mas a comparação é pouco rigorosa, dadas as condições diferentes dos combates. O que devemos antes dizer é que o soldado moderno necessita de desenvolver mais energia, de ter mais perseverante coragem do que teve o soldado napoleónico. Hoje dispõe-se mais força nervosa. Dantes os combates eram quasi todos dados durante o dia. No momento presente para a batalha não há horas escolhidas. Não haja dúvida, dizem alguns de que as qualidades dos homens em luta são de extremar-se, tanto as qualidades físicas de coragem e de destreza como as qualidades morais de abnegação e de desinteresse. A guerra actual será — dizem eles — uma guerra de selecção. Se fosse assim, as gerações que saírem destes homens serão mais perfeitas? Ou, pelo contrário, darão um caudal de neurasténicos, de anormais de todas as qualidades? Não é indiferente para o nosso caso uma ou outra hipótese.

O problema do militarismo pôde ainda revestir outros aspectos:

Vejamos.

Temos presente um artigo interessantíssimo em que o autor trata dos anormais no regimento. Em certa altura afirma que «no conjunto das pessoas que compõem a colectividade, existe um certo número, em que — à simples observação — se notam bem depressa anomalias flagrantes. Destes anormais, uns são de inteligência atrasada, de compreensão preguiçosa, de mentalidade débil. São fracos de espírito, sugestionáveis a maior parte. Outros, de espírito mais vivo, são irritáveis até o excesso, impulsivos, animados de maus instintos, etc. Na vida civil, estes diversos indivíduos são volúveis e passam muitas vezes despercebidos. Quando muito, são considerados como originais ou simplórios. Mas no regimento, por causa das condições especiais da existência e das necessidades da disciplina, não pôde acontecer a mesma cousa. A questão dos anormais no regimento é pois das mais importantes e merece demorada atenção.»

Segundo o dr. Hanry, major-medico de 1.^a classe, nem todos os anormais no exercito temem o mesmo destino. Enquanto uns podem encontrar uma notável melhoria na caserna, outros vêm agravar-se o seu mal.

E acrescenta o articulista: «É um facto de observação, com efeito, que a vida militar, com as suas obrigações, é a mais apta para levantar o estado moral e mental dos hipocondriacos, dos deprimidos, dos pessimistas, que são tão numerosos em certos meios sociais. «Se o serviço militar não existisse, seria necessário inventá-lo, quando mais não fosse como meio de tratamento da neurastenia», disse com razão o professor Régis (de Bordeus); e isto é tão certo que muitas pessoas interessadas o sabem e que não é raro nos regimentos, por exemplo, ver apresentar-se espontaneamente um oficial de reserva para prestar serviço temporário, e sem soldo, declarando com toda a franqueza que «como não se sentia bem disposto para o trabalho vem, por conselho do medico, retemperar-se na vida do regimento.»

O articulista afirma em seguida que estes individuos voltam para os seus negócios cheios de energia e de saúde, inteiramente transformados no seu estado moral!...

Expondo todos estes casos e observações, quizemo-nos colocar fóra de toda a preocupação sectaria. Anotámos apenas o que dizem alguns pensadores, procurando assinalar o ainda tenue esboço das ideias directoras do dia seguinte ao do ultimo da guerra.

Quando outro interesse não tivesse o desejo de perscrutar o futuro através da trama dos acontecimentos extraordinários de hoje, tinha este: o de fazer pensar no provável destino da nossa pátria, quando as grandes nações liquidarem os seus negócios.

O destino da nossa pátria — não o duvidemos — está nas nossas mãos. Só morre o povo que descreu da sua acção civilizadora. Tenhamos fé, liguemo-nos todos como homens dum único partido. Se o não fizermos mal irá de nós!...



LIÇÕES DE BACTEREOLOGIA^(*)

No Instituto Bacteriologico Câmara Pestana

SUMARIOS

1.^a lição em 22 de março de 1914

A's onze horas prefixas apresentaram-se no Instituto os 33 alunos inscritos, acompanhados pelo director da Academia sr. Cardoso Gonçalves. Recebidos pelo sr. dr. Aníbal de Betencourt e demais professores do Instituto, foram conduzidos ao laboratorio, vasto e alegre, em que cada um tinha o seu lugar destinado.

Numa ardósia estava escrito o programa da lição, nestes precisos termos:

- 1.^a Observação microscópica das bactérias em meios líquidos (góta pendente);
- 2.^a Métodos fundamentais de isolamento das bactérias;
- 3.^a Coloração de bactérias isoladas em colônias (azul de toluidina e fucsina fenicada diluída);
- 4.^a Observação da mobilidade das bactérias (em campo escuro).

Colocando-se deante d'este quadro, o sr. dr. Aníbal de Betencourt fez uma erudita preleccão, começando por afirmar que o

(*) Estas lições foram realizadas pelo director daquele estabelecimento, sr. dr. Aníbal de Betencourt, com a colaboração dos assistentes srs. dr. Aníbal de Magalhães e dr. Pereira da Silva.

iniciador dos estudos bacteriológicos em Portugal, o grande mártir da ciência, o grande professor Câmara Pestana, pôde considerar-se também como um dos fundadores da Academia de Estudos Livres. Nesta instituição benemerita principiou, pôde dizer-se, a sua gloriosa vida pública realizando um curso de biologia. Fazia parte dum grupo de médicos e cultores da ciência, composto além dele por José de Magalhães, Reis Santos, Silva Teles, Silva Carvalho, Ladislau Piçarra, Henrique Schindler e Afonso Vargas, grupo que abriu na mesma Academia vários cursos de vulgarização científica. Relembra este facto, que representa para a Academia de Estudos Livres um dos seus maiores títulos de benemerência. Ha quasi 25 anos que isto foi e é agora a mesma instituição que vem pedir este curso, pedido a que deferiu gostosamente.

Passa depois a dar umas ligeiras explicações sobre os microbios, mostrando em mapas as suas diversas espécies, reduzidas a tipos: *coccus*, *bacilos* e *espírios*.

Refere-se nos meios de cultura, que podem ser líquidos ou sólidos, e mostra as vantagens que os meios sólidos, descobertos por Koch, o célebre médico alemão, teem sobre os meios líquidos empregados por Pasteur.

Acentua o facto de estarmos rodeados dum mundo enorme de microbios, a maioria dos quais é, porém, favorável à vida. Num curioso mapa, em lúcido esquema, apresenta o grande ciclo da transformação da matéria orgânica, desde a fermentação putrefacta, que se faz pelo trabalho dos microbios — como todas as fermentações aliás — até ao depósito no solo do azote, de que os animais necessitam para a sua alimentação e que lhes é fornecido pelos produtos do mesmo solo — cereais, legumes, etc.

Os microbios patogénicos são, pois, felizmente a minoria.

A seguir todos os alunos se sentam deante das mesas do laboratório e, divididos em grupos de 6 a 8, iniciam os seus trabalhos práticos.

Dirigem-nos, além do sr. dr. Aníbal de Belencourt, os ilustres assistentes srs. dr. Aníbal de Magalhães e dr. Pereira da Silva e um grupo de dedicados alunos do curso de farmácia. Primeiro os professores executam a preparação, que os alunos seguem atentamente. Depois são estes convidados a executar sózinhos o mesmo trabalho. Todos o fazem, com mais ou menos dificuldade,

mostrando alguns, e entre eles algumas meninas, uma grande habilidade.

Feita a preparação o professor ensina o uso do microscópio. Depois faz-se a observação. Todos os alunos, um a um, são convidados a indicar o tipo dos microbios que vêem. Alguns enganam-se, outros acertam.

Depois passa-se á preparação chamada da góta pendente. Nesta a observação microscópica é mais difícil, mas sente-se o enorme prazer de surpreender as bactérias movendo-se, agitando-se nas culturas, ás vezes vertiginosamente. São aos milhares, de todos os feitiços, com formas delicadamente artísticas.

Não se descreve a alegria que este surpreendente mundo invisivel causa ao aluno. Mas o professor promete que nas lições seguintes se continuará a desvendar os segredos da natureza. E mister terminar a lição, porque já vão decorridas duas horas, que para todos pareceram breves minutos . . .

Vê-se, portanto, o aspecto original que tem este curso, que promete alcançar um exito idêntico ao da Escola Politécnica.

Entre os alunos que frequentam o curso e pertencem á Escola Normal encontravam-se muitas meninas, que trabalharam tambem com o maior entusiasmo.

2.ª lição em 29 de março de 1914

A lição versou sobre a tuberculose. O professor, sr. dr. Aníbal de Betencourt, expôs algumas ideias gerais da historia da tuberculose. Sabe-se hoje que esta doença existia no antigo Egito: ha pouco, examinada uma múmia, verificou-se que apresentava lesões da tuberculose. Esta doença é conhecida pois de longa data, mas foi só nos nossos tempos que Koch descobriu o seu agente. A tuberculose localisa-se em diversas partes do corpo, manifestando-se de diversas maneiras, como a tuberculose pulmonar, as escrófulas, a tuberculose da coluna vertebral, etc. (Nesta altura são feitas projeções mostrando crianças tuberculosas e o bacilo da doença).

A tuberculose transmite-se: pelas poeiras infectadas e principalmente pelas invisíveis gotículas de saliva projectadas pelo

doente. Combate-se: pela higiene das grandes cidades; pelo melhoramento dos alimentos e das habitações das classes pobres; pela assistência médica à população em geral e às crianças das escolas em especial e pela destruição do agente causal.

Nos centros mais civilizados não se cospe no chão; há por isso escarradores de algibeira e lenços de papel, que depois de servirem, se queimam.

Na Alemanha os operários tem sanatórios de graça, como às vezes não encontram em Portugal as pessoas que podem pagar bem (projecção luminosa duma dependência do Sanatório Sousa Martins na Guarda).

O programa da parte prática executado pelos alunos foi:

- 1.º Das culturas em gelose, feitas na lição anterior, fazer preparações eluidas (azul de toluidina, fucsina diluída).
- 2.º Observação das bactérias em gélula pendente.
- 3.º Observação de bactérias (em campo escuro).
- 4.º Coloração do bacilo de Koch (da tuberculose), pelo método de Ziehl-Neelsen.

3.ª lição em 5 de abril de 1914

A lição versou sobre o carbunculo.

O sr. dr. Aníbal de Betencourt explicou detalhadamente esta terrível doença, que pode transmitir-se ao homem, dos animais infectados por diferentes meios. A propósito cita a possível transmissão, por exemplo, pela picada de uma mosca, a Stomoxys, que abunda nas cavalariças e junto das estrumeiras, no campo.

A doença manifesta-se às vezes pela *pústula maligna*. Se esta for tratada a tempo, queimada por ferro em brasa ou atacada por sublimado corrosivo em pó, desaparece com rapidez sem maior prejuízo. Se, porém, o tratamento demorar a infecção espalhar-se por todo o organismo, produzindo por fim a sépticémia e depois a morte.

Outras vezes a molestia é pulmonar, a chamada «doença dos cardadores de lã», porque estes a contraem a iníquo, visto a resistência do microbio a morrer, nas peles de animais mortos de carbunculo.

Hoje quasi desapareceu tal perigo pelos processos de desinfecção que se empregam nas peles principalmente a desinfecção pelo formol.

Além da pústula, propriamente dita, uma borbulha escura bem caracterizada e da inflamação dos tecidos contiguos, produz-se a inchaço ou edema.

Este pôde produzir por seu lado complicações mortais; se a pústula maligna aparece, por exemplo, no pescoço, poderá determinar o edema da glote, a asfixia, a morte.

Vê-se portanto quanto é util o conhecimento desta doença, tão vulgar nos campos.

O sr. dr. Aníbal de Betencourt dá em seguida curiosas explicações sobre alguns caracteres distintivos de uma mosca a que se atribue papel de importância na transmissão da terrível doença. Este insecto distingue-se da mosca vulgar, porque pousa com a cabeça para cima; a mosca vulgar pousa com a cabeça para baixo.

Um dos primeiros trabalhos do grande Pasteur foi o da vacina contra este morbo. A descoberta deu à França e ao mundo benefícios materiais de centenas de contos.

O microbio do carbunculo pôde observar-se nos próprios tecidos dos animais infectados.

E preciso ás vezes fazer a preparação desses tecidos e depois a coloração dos microbios pelo processo de Kuehne-Weigert.

O distinto professor explica em seguida a primeira e mais difícil parte da técnica da preparação do corte do tecido.

Essas operações demoram bastantes dias e não podem por isso ser praticadas pelos alunos. Mas estão ali fragmentos já colados e podem ser examinados por todos, que vão fazer agora a coloração pelo referido método de Kuehne-Weigert.

Sentados os alunos ás mesas de trabalho do vasto laboratorio, e sob as vistas dos professores, executam em seguida a coloração do microbio do carbunculo que fica azul-violeta a destacar nos tecidos corados de vermelho pelo carmim.

O referido método emprega os seguintes ingredientes e segue a pratica indicada a baixo:

1.^o Soluto de carmim litinado;

- 2.^a Diferenciar rapidamente numa mistura de alcool e ácido clorídrico;
- 3.^a Lavar em agua destilada;
- 4.^a Soluto de cristal violeta durante 5 a 10 minutos;
- 5.^a Deitar fora esta tinta;
- 6.^a Soluto de Lugol durante 1/2 a 2 minutos;
- 7.^a Deitar fora este soluto e enxugar com papel passento;
- 8.^a Oleo de anilina góta a góta, devendo a preparação ficar vermelho carmim;
- 9.^a Xitol;
- 10.^a Balsamo e lamela.

Segundo à risca o processo — e os alunos revelam nesta lição, notável aproveitamento pela forma como manejam o material e os reagentes — está a preparação pronta para a observação ao microscópio.

E a lição termina, examinado cada um, pelo microscópio, *a sua preparação*.

4.^a lição em 18 de abril de 1914

A lição versou sobre um dos mais interessantes capítulos da parasitologia, ocupando-se o sr. dr. Aníbal de Betencourt das doenças que tem por origem os vermes intestinais.

Referiu-se primeiro às ténias, apresentando dois exemplares: *ténia solium*, duns 7 metros de comprimento, produzida pelo *cisticercus* do porco; e a *ténia saginata* que chega até 20 metros de comprido e é produzida pelo *cisticercus* do boi. Aquela quasi desapareceu dos países mais adeantados, porque a cisticercose do porco é perfeitamente visível como se prova com as preparações que apresenta. A segunda espécie é mais vulgar, porque a doença no boi não se apresenta tão caracterizada.

Entre nós, porém, a *ténia solium* é vulgaríssima, em parte devido isto à ignorância popular, que nos nossos campos leva as populações a consumir carne atacada por esta doença. E alguns até a julgam mais saborosa... É o que se chama na província *carne cheveirada*.

Também contribue para o desenvolvimento da doença a insuficiencia da inspecção veterinaria, que dispõe de muito pouco pessoal para o serviço de fiscalização.

Em seguida o sr. dr. Aníbal de Betencourt apresenta mais alguns exemplares de ténias e mostra a sua conformação e estrutura dos diversos orgãos.

O homem contrai a ténia ingerindo carne infectada. Quando acontece ingerir os ovos da ténia, que são produzidos aos milhares, estes evolucionam, como no porco, e espalham-se pelo corpo, elegendo para *habitat* diferentes regiões. O sr. dr. Aníbal de Betencourt mostra nesta occasião um exemplar curiosissimo: o coração duma pretinha, morta pela doença do sono, no qual se veem perfeitamente desenvolvidosquistos de cisticercus.

Descreve em seguida os sintomas da doença.

Fala depois doutros vermes intestinais, como as lombrigas das crianças e os que produzem a *anemia dos mineiros*, etc.

Indica sumariamente os remedios a empregar como as picles de abóbora, casca de raiz de romeira, pastilhas de santonina. Recomenda o maior cuidado com o emprego deste último produto farmacêutico, cujo uso pode produzir intoxicações perigosas. O mesmo diz do *timol*, empregado para combater a anemia dos mineiros, porque esta substancia se torna um veneno em presença do alcohol. O doente deverá, portanto, abster-se de todas as bebidas alcoolicas quando use o *timol*.

Passa em seguida a falar da triquinose, uma doença muito mais terrivel, produzida pela ingestão de carnes de porco atacado desta infecção. Os sintomas da doença são ás vezes muito parecidos com as da febre tifoide.

A triquineia vive no rato, que é um dos seus mantenedores, como é da peste.

O sr. dr. Aníbal de Betencourt explica a seguir que nos nossos canos de exgoto existe agora uma especie de rato, que não é oriundo da Europa, que veio da Ásia, atravessando o Volga a nado. Invadiu depois a Europa e repeliu a especie que dela era oriunda,— o rato actualmente chamado do campo.

Julgou-se por muito tempo que a triquinose não existia em Portugal, o que depois se averiguou não ser verdade. O facto é que entre nós a doença não está ainda tão espalhada como o

esteve na Alemanha. Dix o processo pratico como na Alemanha se examina a carne de porco, porque era realmente difícil verificar se a triquineia existe ou não, pois que se desenvolve nos musculos e em certas fases só o microscópio a revela.

A triquineia pôde viver no homem sob o mesmo aspecto como vive no porco: enquistando-se nos musculos ás vezes sem provocar sintomas alarmantes. Neste caso só pela autopsia se poderá descobrir a infestação.

Mostra depois que o hábito de criar gatos, tão vulgar em Lisboa, não é para condenar, porque eles são efectivos e eficazes inimigos dos ratos.

Explica a razão porque — no seu parecer — a epidemia da peste que houve em Lisboa, ha poucos anos, se extinguiu tão facilmente.

A doença chegou até nós provavelmente pela via marítima.

Durante a sua lição nunca se esqueceu o sr. dr. Aníbal de Betencourt de dar sábios conselhos aos seus alunos, futuros professores primários. Deles depende muito o éxito da campanha a empreender, por exemplo, contra o uso da carne chaveirada.

Também nunca se esqueceu o ilustre professor de exemplificar todas as suas palavras, mostrando preparações, exemplares dos ratos descritos, etc.

Terminada a interessantíssima lição, os alunos passaram a examinar ao microscópio as preparações dos ovos dos vermes a que o professor se referira, aprendendo a distingui-los pelo seu aspecto especial.

2.^a lição em 26 de abril de 1914

O programa da lição constou da visita a todo o estabelecimento, visita que foi dirigida pelo sr. dr. Aníbal de Betencourt.

Os alunos percorreram todo o edifício, à excepção das enfermarias de difteria, onde é perigosa a entrada, examinando as estufas, a biblioteca, as dependências onde se alojam os jumentos utilizados na preparação do sôro anti-difterico e outros, as gaiolas dos cães em observação e dos macacos, os viveiros — chamemos-lhes assim — onde se criam os cobaias e os ratinhos brancos para as inoculações e experiências. Viram muitos coelhos inoculados

de virus rábico, para a observação de casos suspeitos e para preparação da vacina, porque esta só se obtém, com qualidades proprias para ser inoculada ao homem, depois de algumas vezes passarem por coelhos, transformando-se assim o virus rábico das ruas em virus fixo, o qual mata sempre os animais de experiência no mesmo numero de dias.

E preciso, portanto, o sacrificio dos coelhos em grande numero para a salvação de tantas vidas humanas.

Alguns coelhos estavam já mortos. Serão em seguida submetidos a varias operações, extrair-se-lhes-á parte da medula, que depois se inoculará em outros. E assim sucessivamente.... Outros animais apresentavam os primeiros sintomas da raiva: a paralisia dos membros locomotores.

Na secção da difteria demoraram-se um largo espaço de tempo, ouvindo o sabio ensinamento do eminentíssimo professor sr. dr. Aníbal de Betencourt, que nem um momento se esquece de que está tratando com futuros professores primários. Mostrou-lhes o soro anti-difterico e fez-lhes ver a necessidade de o empregar ao primeiro rebate, à primeira suspeita da terrível doença. A mortalidade, que é quase nula no primeiro dia, cresce notavelmente de dia para dia senão houver o cuidado da imediata inoculação, que em todos os casos é inofensiva. O soro serve também como preventivo e a imunidade que dá dura uns 21 dias. Deverá, pois, aplicar-se logo que numa escola haja uma criança atacada, mesmo que não tenha aparecido qualquer outro caso. Salvam-se assim muitas vidas preciosas. O soro é espalhado por todo o país e fornecido gratuitamente aos pobres, mediante o atestado da autoridade. Os ricos e os remedados pagam uma pequena importância.

6.ª lição em 10 de maio de 1914

Reunidos os alunos no vasto laboratorio do Instituto, o sr. dr. Aníbal de Betencourt fez uma preleccão, referindo-se à malária, as nossas sezões, descrevendo o parasita origem da doença, descoberto por Laveran em 1880.

Mostra como a doença se propaga, não pelas emanações dos pântanos ou pelo uso das suas águas, mas pela picada de uma

especie de mosquitos, conhecidos pelo nome de *anofeles*, os quais tendo-se infectado nos individuos doentes vão transmitir aos individuos saõos o germe morbido.

Ha portanto um processo indicado para evitar a doença: é evitarem-se as mordeduras dos mosquitos empregando-se os conhecidos mosquiteiros, rédes nas janelas, etc., atacando-se a origem do mal pela destruição das larvas de tão daninho insecto, o que se consegue pela petrolagem das aguas estagnadas e também pelo emprego de certos animais para os quais os mosquitos são alimento preferido e destruindo o parasita no organismo do homem pela quinina.

Pôde empregar-se certa qualidade de peixes para destruir as larvas; na America está-se utilizando com vantagem o morcego, segundo dizem.

Descreve depois as variedades de mosquitos que se encontram no nosso país e mostra com os exemplares à vista os caracteres distintivos dos *anofeles*. O agente da malaria tem o seu *habitat* no sangue.

Refere-se também à febre amarela, que se transmite igualmente pela picada de outra especie de mosquito, existente em Lisboa, razão por que estamos sujeitos a ser assaltados por esta epidemia.

O perigo crescerá ainda com a rapidez das comunicações, porque o periodo de incubação no mosquito é de uns 10 a 12 dias. Se a viagem, desde o ponto epidémico, vier a durar menos, vê-se que poderá aparecer qualquer destes insectos infectado.

Depois de referir-se a outras doenças cujos germens são transmitidos por outros insectos, cujos exemplares os alunos observam, fala por último da doença do sono que tantos prejuizos está causando nas nossas colônias, doença produzida pela picada de uma mosca infectada: a *tzé-tzé* ou *glossina*. Fala da campanha em que estão empenhadas todas as nações coloniais e cita a nossa colônia da Ilha do Príncipe, onde a doença do sono quasi desapareceu mercê das providências tomadas pela missão médica portuguesa; e refere-se à invenção curiosa de um português, o sr. Bulhões Maldonado, a qual consiste numa especie de emplastro viscoso que os pretos põem nas costas e no qual as moscas vão prender-se e morrer.

Por todos estes meios se tem conseguido fazer desaparecer as *glossinas* da Ilha do Príncipe.

Passando-se á parte pratica os alunos extraem górias de sangue dum rato infectado para fazerem a preparação de uma tripanosoma do cavalo, seguindo para a coloração dos parasitas o método de Giemsa que consta das seguintes operações:

1.º Deitar sobre a preparação, seca e não fixada, 10-15 górias do seguinte soluto: Sóluto de Giemsa e acetona, em partes iguais;

2.º Em seguida deitar 10-15 centímetros cúbicos de agua destilada com 2 górias de soluto de carbonato de sodio a 1 %;

3.º Lavar com agua corrente;

4.º Secar com papel secante.

A lição concluiu pelo exame ao microscópio das preparações feitas pelos alunos.

Despedindo-se dos seus alunos o sr. dr. Aníbal de Betencourt manifestou o maior entusiasmo pela obra da Academia, que dura já ha 25 anos desde os tempos do saudoso Camara Pestana, que foi um dos seus primeiros professores.

Os alunos fotografaram-se em seguida em companhia dos srs. drs. Aníbal de Betencourt, Pereira da Silva e Aníbal de Magalhães e Cardoso Gonçalves, director da Academia.

A despedida foi afectuosíssima mostrando os alunos a maior gratidão pela forma como foram recebidos e acarinhados pelos professores do Instituto e demais pessoal.



LIÇÕES DE QUÍMICA^(*)

Na Faculdade de Ciências

SUMARIOS

1.^a lição em 6 de março de 1914

A lição versou sobre o oxigénio, aproveitando o ilustre professor o ensejo para chamar a atenção dos ouvintes sobre um certo numero de noções fundamentais: corpo, substância, fenómenos físicos e fenómenos químicos, elementos, compostos, misturas, etc.

Foram feitas as experiencias relativas á preparação do oxigénio pelo aquecimento do óxido de mercurio e do clorato de potassio e pela acção da corrente eléctrica sobre a água.

Tambem se realizaram experiencias das combustões vivas do enxofre, carvão, fósforo, ferro, magnésio e hidrogénio.

Em todas as experiencias o professor chamou a atenção do auditório para a importância do oxigénio no ar e para o papel que ele desempenha nas combustões vivas e na respiração dos animais e das plantas.

Esta 1.^a lição, como todas as outras do curso, atraiu enorme concorrência de público, que encheu completamente o anfiteatro da Escola Politécnica, onde se realizou.

Notou-se a atenção extraordinaria dos assistentes.

(*) Estas lições foram realizadas pelo professor sr. Aquiles Machado.

2.ª lição em 15 de março de 1914

A lição versou sobre o hidrogénio e a água.

Fizeram-se as experiências da decomposição da água pelo ferro, carvão, potássio, sódio e pela corrente eléctrica.

Preparou-se o hidrogénio pela acção dos ácidos clorídrico e sulfúrico sobre o zinco e sobre o ferro, e pela acção do sódio sobre a água.

O professor mostrou por experiências concludentes a fraca densidade e o grande poder osmótico do hidrogénio. Depois provou, ainda experimentalmente, que a combinação deste gás com o oxigénio (estudado na 1.ª lição) dá a água: no eudiômetro pela faísca eléctrica; dentro dum pequeno frasco pela acção duma chama.

Preparou-se a mistura detonante do oxigénio e hidrogénio e determinou-se a sua explosão, depois de ter enchido com esta mistura bolas de sabão — experiência lindíssima, que sobremainra interessou o atento auditório. Também se determinou a mesma explosão pelo negro de platina.

Foi reduzido pelo hidrogénio o óxido de ferro, obtendo-se o chamado ferro piroforico, que assistentes viram — admiradíssimos — arder espontaneamente quando foi projectado no ar pelo ilustre professor. Fez-se também a luz Drumond, intensíssima e brilhante, pela incidência dos dois gases — hidrogénio e oxigénio em combustão — sobre um pedaço de cal.

Durante a lição o professor fez referências á lei das proporções definidas e ás noções de ácido, base e sal.

Para mostrar a forma simples, mas superior, como estas noções são dadas, vamos referir-nos á passagem em que o professor explicou aos seus alunos a lei das proporções definidas. O professor referiu-se ao toque da nossa moeda, fixado num determinado limite pela lei, que aliás estabelece uma tolerância para menos.

O toque é, como se sabe, representado por um número que indica a quantidade de metal puro que deve existir na moeda, sendo a diferença desse numero para 1:000 constituída por outro metal. Mas nós não temos processos absolutamente exactos para

conseguir uma relação constante na liga. E por isso a lei permite um pequeno desvio para obviar a esse inconveniente. Ora na natureza não há esta falta de rigor. As leis da química são inflexíveis.

Assim, sabemos que a água é composta de dois volumes de hidrogénio e um volume de oxigénio. Estas relações mantêm-se sempre, embora — quando se provoca a combinação — esteja em presença maior ou menor quantidade de oxigénio ou hidrogénio. E que as leis do homem são fallíveis, enquanto que as leis naturais são inflexíveis e precisas.

3.ª lição em 22 de março de 1814

A lição versou sobre azoto, ar atmosférico, fósforo, arsénio e antimónio.

Se na lição anterior a concorrência de público tinha sido já notável, nesta excedeua toda a expectativa. O vasto anfiteatro da aula de química estava positivamente *a cunha*, não se encontrando um lugar vago. Isto é realmente animador, porque demonstra que já existe um público preparado para receber lições científicas, verdadeiramente ávido de saber e de ilustrar-se; e estimula o aparecimento de outras iniciativas, que venham concorrer para tão elevado fim, como o destas lições.

Mais um facto digno de reparo: além da atenção exemplar do público durante a lição, notavam-se muitas pessoas tomando notas e seguindo por livros o brilhante trabalho do ilustre professor. São, portanto, estas preleções altamente vantajosas para os que procuram *saber*. Abrem-se a todos as portas dos estabelecimentos do ensino superior. Que *todos* aproveitem tão grande esforço — é o nosso mais veemente desejo.

Acompanhando as suas palavras por abundantes exemplificações, o professor fez extrair o azoto do ar, pelo cobre ao rubro e pelo fósforo. Mostrou também que se produzia azoto pela ação do clóro sobre o amoniaco.

Por curiosas experiências demonstrou a incombustibilidade e incomburencia do azoto.

Este corpo liga-se ao oxigénio difficilmente. São precisas fortes

fásicas eléctricas para provocar a sua combinação. O auditório assiste então a uma bela experiência. Por meio dum bobine de Ruhmkorff, produzem-se extensas fásicas. Interpõe-se entre a corrente um obstáculo como uma lâmina de vidro. As fásicas continuam a saltar entre os extremos dos condutores, mas — caso curioso — procuram tornejar o obstáculo, buscando o caminho mais fácil pelo bordo inferior da lâmina de vidro.

O professor faz depois passar estas fásicas eléctricas por um balão, tendo em presença azoto e oxigénio e passados alguns minutos obtém-se a combinação desejada.

Passa em seguida a estudar a combinação do azoto com o hidrogénio, que produz o amoniaco; demonstra a grande solubilidade deste composto e executa a curiosa experiência da chama invertida, fazendo arder o oxigénio no amoniaco.

Ainda mostra noutra experiência a absorção do amoniaco pelo carvão. Passando a estudar o fósforo, que se encontra muito espalhado na natureza, principalmente nos ossos dos animais, mostra a sua combustão no ar, no oxigénio e mesmo debaixo de água.

Nesta altura apresenta uma das mais maravilhosas experiências da lição: a combustão espontânea do fósforo no ar (evaporando o soluto de fósforo no sulfureto de carbono, faz embeber neste soluto uma tira de papel de filtro, põe a secar esse papel que se inflama depois espontaneamente!) Esta simples experiência, repetimos, fez profunda sensação no auditório.

Apresenta depois a experiência da combustão do fósforo no cloro e a da formação do hidrogénio fosforado gazoso pela ação do fósforo sobre a potassa, mostrando como este gás se inflama também espontaneamente no ar. «Temos aqui as almas do outro mundo! exclamou o professor. Porque o que se vê neste aparelho é o que também se produz nos cemiterios, pela decomposição dos corpos sepultados.»

Essas luzinhas, esses fogos fatuos, que à noite ali se observam sobre as sepulturas, são produzidas pelo hidrogénio fosforado resultante da decomposição dos corpos, porque no nosso organismo, como já se disse, existe fósforo.

Referiu-se ainda ao arsénio e ao antimónio, e mostrou que estes elementos também se inflamam espontaneamente no cloro.

4.ª lição em 22 de março de 1914

A lição versou sobre o cloro, bromo, iodo e ácido clorídrico.

A lição foi muito interessante, tendo o ilustre professor realizado as seguintes experiências:

Preparação do cloro com ácido clorídrico e pirolusite (bioxio de manganesio); experiências demonstrativas da grande afinidade do cloro para o hidrogénio — combustão do hidrogénio no seio do cloro; — explosão duma mistura de hidrogénio e cloro pela acção duma chama e pela acção da luz de magnésio; decomposição da água pelo cloro, a quente; decomposição do ácido sulfídrico, com depósito de enxofre; decomposição da etilene, com libertação de carbono; decomposição da acetiléne, libertando-se o carbono; combustão duma vela estearica no cloro, com chama fuliginosa; reação da água de cloro com a amónia, libertando o azoto e dando cloreto de amónio; inflamação espontânea do amoniaco no cloro; acção do cloro sobre as matérias corantes (tornesol, anil, matéria corante do vinho, flóres, etc.).

Acção do cloro sobre o fósforo, antimónio, cobre, ouro e sódio fazendo assim a síntese do cloreto de sódio.

Cór do vapor do bromo e do vapor do iodo. Sóluto do bromo e iodo na água, no clorofórmio, no sulfureto de carbono.

Acção do iodo sobre o amido. Libertação do iodo dos iodetos pela água de cloro.

Preparação do ácido clorídrico pela acção do ácido sulfurico sobre o sal marinho. Absorção do gás ácido clorídrico pelo carvão. Grande solubilidade do gás ácido clorídrico na água (experiência do repuxo no vácuo).

5.ª lição em 5 de abril de 1914

A lição versou sobre o enxófre e seus principais compostos.

Fizeram-se as seguintes experiências:

Apresentação de exemplares de enxófre em canudos e em flôr; má condutibilidade do enxófre para o calor; fusão do enxófre; preparação do enxófre mole (borracha mineral); cristalização do

enxofre por fusão; combustão do enxofre no oxigénio; chama invertida do oxigénio no vapor de enxofre; combinação do enxofre com o ferro em incandescência; combinação do enxofre com o cobre; preparação do anidrido sulfuroso; extinção duma chama pelo gás sulfuroso; papel descorante do anidrido sulfuroso sobre várias substâncias (permanganato de potássio, flores, etc.); Redução do ácido iodico, libertando-se o iodo em presença do amido. Estado esferoidal do anidrido sulfuroso; formação de gelo numa cápsula de platina aquecida ao rubro. Ácido sulfurico: sua ação sobre o zinco e outros metais. Ácido sulfídrico; sua combustão; sua ação sobre os solutos de vários sais, dando sulfuretos diversamente coloridos; ação do cloro.

Uma das experiências mais sensacionais foi a da produção do gelo deitando uma pouca de água sobre o anidrido sulfuroso líquido, em estado esferoidal sobre uma cápsula de platina aquecida ao rubro.

Como se sabe, a temperatura de ebulação do anidrido sulfuroso líquido é de 10° abaixo de zero. Deitando uma porção de anidrido sulfuroso líquido sobre a superfície sobre-aquecida da platina, não se estabelece o contacto entre o metal e o líquido que se mantém a uma baixa temperatura, permitindo a congelação da água. A experiência deu brilhante resultado e causou, como já dissemos, profundíssima impressão no público. Foi ideada pelo grande sábio inglês Tindall.

6.ª lição em 26 de abril de 1914

A lição, que versou sobre o carbono e seus principais compostos, foi honrada com a presença do sr. dr. Sobral Cid, ministro da instrução, que assim quis publicamente dar um testemunho de aplauso ao distinto professor sr. dr. Aquiles Machado, ao pessoal dedicadíssimo do laboratório, ao corpo docente da Faculdade de Ciências, que repetidas vezes vem até o público trazendo-lhe um precioso ensinamento, e ainda à Academia de Estudos Livres pela sua rara e proveitosa iniciativa.

A presença do ministro impressionou agradavelmente os assistentes, que por completo enchiham o vasto anfiteatro da aula de química.

O professor apresentou exemplares de diamantes, antracita, hulha, turfa, carvão das retortas, coke, carvão de madeira, carvão animal, negro de fumo, etc.

Fizeram-se as seguintes experiências:

Combustão do carvão no oxigénio. Combinação do carbono com o hidrogénio no arco voltaico, dando acetiléna; acção deste gás sobre o soluto amoniacoal de cloreto cuproso; formação de acetiléna na combustão incompleta do éter; explosão da mistura de acetiléna com o oxigénio. Absorção de gases pelo carvão de madeira; descoramento do vinho pelo carvão animal. Cianogénio, sua combustão. Formação de óxido de carbono na acção do ácido sulfuríco sobre o ácido oxálico; combustão do óxido de carbono, dando anidrido carbónico, que turva a água de cal.

Redução do óxido de cobre pelo carvão.

Preparação do amidrido carbônico pela acção dum ácido sobre um carbonato; demonstração da grande densidade do gás anidrido carbônico (uma bola de sabão sobrenada num vaso com este gás).

Asfixia dum coelho no gás anidrido carbônico, reanimando-o em seguida no seio do oxigénio.

Formação da neve carbônica e congelação do mercurio, que congela a 40° abaixo de zero.

Todas as experiências produziram efeito deslumbrante, especialmente as duas últimas, que causaram profundíssima impressão.

Ao despedir-se dos assistentes, o sr. dr. Aquiles Machado foi alvo dum estrondosa ovacão, que se prolongou bastante.



TRABALHOS ESCOLARES

Visita de estudo á Imprensa Nacional

RELATORIO

Foi no dia 4 de março que visitámos o grande estabelecimento da Imprensa Nacional, acompanhadas pelo nosso bom professor, que primeiro nos levou á presença do director, o qual encarregou um empregado de nos conduzir a todas as oficinas e de nos dar os esclarecimentos precisos.

A primeira que visitámos foi a da fundição, onde se faz o tipo. Existem nesta oficina muitas máquinas, umas movidas automaticamente, outras manuais. As automáticas são muito mais aperfeiçoadas porque as letras saem já limpas, enquanto que com as outras não se dá o mesmo. A fundição primitiva era feita à mão, mas levava muito tempo; foi por isso que se inventaram as máquinas. Esta fundição era por meio de moldes de ferro revestidos de madeira e o chumbo era deitado com uma colher dentro do molde onde estava a matriz, que servia para a formação dos quadrilongos, e estes servem para preencher as formas. O tipo é feito dumha liga de chumbo, estanho e antimónio. As linhas que se encontram geralmente nos jornais chamam-se *filetes* e à máquina que serve para os fazer dá-se o nome de *laminador*. Ha um trabalho que neste estabelecimento é feito por mulheres: é tirar a aresta á letra, a que se dá o nome de *roçar*, ou *rebarbar*. E um outro, que é *aplanar*, que serve para as letras ficarem todas na mesma linha e altura. Ha umas caixas onde estão colocados caixotins com letras de diversos tamanhos conforme os pontos.

Quando acontece uma destas caixas cair e misturar-se o tipo, dá-se a isto o nome de *pastel*.

Em seguida encaminhámo-nos para a escola tipográfica, e o nosso professor explicou que a todos os rapazes que quizessem entrar para aquela escola, era preciso terem o 3.^º ano dos liceus e saber bem a língua inglesa. Foi aqui que vimos o que se chama *compor*. As letras estão colocadas dentro damas caixas, onde o compositor as vai buscar quando quer formar qualquer palavra, mas isto é com um desembaraço extraordinário. Mas para evitar mais o trabalho do braço do homem, há uma máquina chamada Linotype, a qual é constituída por muitas peças mas as que conhecemos melhor são as molas helicoidais. A Linotype funde e compõe ao mesmo tempo, por meio dum teclado.

Depois de termos alguns esclarecimentos acerca desta, passámos á oficina de gravura, e ai nós disseram que as gravuras podiam ser feitas á mão em cobre e a estas era preciso meterem-se em banho chamado de sulfato de cobre. A estas gravuras dá-se o nome de *galvanoplástia*. A máquina que serve para gravar os papeis de crédito e para as assinaturas, chama-se Vilocher, mas para estas gravuras é preciso usar a água forte.

Sempre amavelmente guiadas pelo nosso professor e pelo empregado, dirigimo-nos á oficina de litografia e explicaram-nos a máquina que serve para litografar, que é a prensa. Na prensa para cada cór ha uma pedra e pôde ser a lápis fotográfico ou á pena. O acerto no cromo e na prensa faz-se por meio de cruzes, na máquina é por meio de agulhas e no crômo é por meio de pontos.

Dirigimo-nos á oficina de brochura onde se fazem todos os trabalhos da brochura e encadernação, das obras assim exigidas. Existem nesta oficina máquinas de dobrar papel, uma chamada tesoura, recta, de grandes dimensões, que serve para cortar papelão, outra de chanfrar e ainda outra que é para fazer os encaixes para a colocação do papelão, em livros, e outra de cozer a arame.

Seguimos á oficina de impressão, mas esta visita foi pouco demorada. Informaram-nos que havia algumas máquinas de branco e outras com retiração, estas imprimem dos dois lados e a de branco só dum. Ha três que tem os marginadores automáticos que servem para meter o papel, folha por folha, evitando assim

uma pessoa. Nesta oficina vimos também uma máquina chamada Phénix, que serve para imprimir alto e baixo relévo, e esta máquina é aquecida por meio de eléctricidade.

Depois seguimos para a oficina do alçado, onde existe uma máquina chamada de *balancé*, que serve para cortar os sobreescritos e para estes cortes ha moldes de diversos tamanhos. Depois de cortados passam os sobreescritos para outra máquina, onde ficam já formados. Esta, onde eles são feitos, é movida a vapor e ha outras manuais.

Em seguida à visita das oficinas mostraram-nos o refeitório e o balneário. Sobre este direi que vim muito bem impressionada, pela boa disposição, pois é muito importante para a saúde dos operários. Dividia-se o balneário em compartimentos, dentro dos quais se encontravam tinhas de ferro esmaltado, aparelhos para banhos-duches, quentes e frios e um termómetro para a graduação. Também nos disseram que brevemente se instalava uma cantina, para a qual já ha o refeitório, destinada para os empregados tomarem as suas refeições ás horas competentes.

Fomos também á oficina de serralharia e ai vimos um torno mecânico, máquina deplainar, outra de cortar ferro e um engenho de grandes dimensões que serve para furar.

Tudo isto serve para as reparações das máquinas de todas as oficinas. Da casa da eléctricidade direi que existe um transformador que é para alterar a corrente da Companhia. Ha a instalação eléctrica, que serve para o movimento das máquinas de todas as oficinas e para a luz. Este motor é eléctrico. As caldeiras servem para fazer mover o motor.

Ao terminar este modestíssimo relatório, agradeço sinceramente a V. Ex.^a, a amabilidade que nos dispensou, durante esta visita.

Lisboa, 7 de Março de 1915.

EMA MAURICIO TEIXEIRA.

Aluna do curso de admissão á Escola Normal



CURSO LIVRE DE QUÍMICA ELEMENTAR

PROFESSOR: O SR. DR. CARDOSO PEREIRA

EXTRACTO

da

IV LIÇÃO

(26 de fevereiro de 1900)

A fisico-química do ar

(com experiências)

Composição de 1 metro cúbico e de 1 quilograma de ar seco (*Apud Erdmann-Kethner, Naturkonstanten, Berlim, 1900, pag. 112.*)

| | | | |
|---|-------------|--------------------------------------|------------------------|
| 781 ¹ ,8 de azoto | = 977,1 gr. | 155,5 gr. de oxigénio | = 604,120 |
| 209 ¹ ,0 de oxigénio | = 208,7 * | 231,0 gr. de oxigénio | = 161 ¹ ,60 |
| 9 ¹ ,4 de argo (He, Ne, Kr, Xe) | = 16,3 * | 13,0 gr. de argo (He, Ne, Kr, Xe) | = 7 ¹ ,25 |
| 0 ¹ ,3 de ácido carbônico | = 0,6 * | 0,5 gr. de ácido carbônico | = 0 ¹ ,25 |
| 1000 ¹ ,0 = 1 m ³ de ar | = 1216 gr. | 1000,0 = 1 quilogr. de ar | = 778,13 |

Peso de 1 litro de ar seco e livre de
ácido carbônico, em condições normais = 1,29227.

Humididade, em média = 1,3 vol. %;
em peso: 0,84 %.

Sobre a história da física do ar recomenda-se: *J. Gay, Lectures scientifiques-Physique et Chimie, 2.^a edição, Paris, 1906, Hachette, preço 5 fr.* (Todo o

* Os extractos das lições anteriores (1.^a, 2.^a e 3.^a) foram já publicadas, há 3 anos, nestes mesmos Anais.

primeiro livro, desde pag. 1 a 181). Sobre o mesmo assunto: *La Cour u. Appel, Die Physik auf Grund ihrer geschichtlichen Entwicklung*, trad. al. do dinamarquês, Brunswick, 1905, 2 vol., mk. 16,5 (pag. 219 a 280 do I vol.). Esta obra é a todos os respeitos notável e única no gênero.

Sobre Torricelli, especialmente, lê-se o folheto anônimo: *Cenni sulla vita di E. Torricelli* (Faenza, sem data, liras 0,50) e o opusculo de G. Vassalli, La pubblicazione delle opere di E. Torricelli (Faenza, 1908), 1 lira e um artigo de G. Bellardini no Almanacco italiano (Bemporad, editor, Florença, 1908, pag. 365, preço 2 liras.)

Sobre os gases nobres ou raros do ar a publicação mais importante que ha enja leitura muito se recomenda é a seguinte: W. Ramsay, The gases of the atmosphere—The History of their Discovery, 3.^a edição, com 9 retratos, Londres, Macmillan, 1906, 5 sh. (Ha uma trad. francesa, feita sobre a 1.^a edição inglesa de 1896, bastante incorrecta, por mais de um motivo.) Interessante também o artigo seguinte: W. Ramsay, Les gaz de l'atmosphère (Rev. générale des sciences, 13.^a ano, n.^a 17—15 setembro 1902, preço fr. 1,50, A. Collin, edit., Paris.)

Um eminentíssimo físico do século XVII, que deixou um grande nome na história da ciência, o abade Mariotte—começou por dizer o sr. dr. Cardoso Pereira—escreveu no seu celebre *Tratado sobre o ar*, as seguintes palavras: «Às crianças e aos homens grosseiros custa-lhes muito a acreditar na existência do ar; porque a sua transparência tornando-o invisível, eles julgam facilmente que nada ha num recipiente onde se não lançou nenhum líquido, nem mesmo nenhum outro corpo visível.» O conferente vai, por alguns minutos, supor que os seus ouvintes também não crêem na existência do ar e vai demonstrar que o ar é realmente um corpo, de cuja existência se não pôde duvidar. Ha mais de vinte séculos, um filósofo gréco, grande matemático também, dizia que «o ar deve ser considerado como um corpo, pois que gera o vento quando se põe em movimento e da existência do vento ninguém duvida.» E ainda essa prova a que hoje os tratadistas dão em primeiro lugar: é a que se lê logo às primeiras linhas do livro de Rudorff-Lüpke. O mesmo filósofo dizia ainda que o ar é um corpo, visto ocupar, na realidade, os recipientes que se encontram vazios e é essa prova também que os físicos de hoje apresentam nos seus livros. O conferente ilustra esta prova com uma experiência e ainda com outras duas para mostrar que o ar tem elasticidade e que se dilata pelo calor.

Finalmente, o ar é pesado. Para o demonstrar o conferente

faz uma experiência muito simples, mas concludente: enche de vapor de água um recipiente metálico e faz condensar o vapor por meio de água fria. Imediatamente o recipiente, devido à pressão atmosférica, se amolga.

Ainda outras experiências faz o conferente para demonstrar a ação da pressão em todos os sentidos da atmosfera e entre elas a de introduzir um ovo inteiro numa garrafa e a dum copo cheio de água, simplesmente coberto com um pedaço de gaze, com malhas largas e donde a água não cai, mesmo depois de voltado o copo com a boca para baixo.

Não ha, pois, dúvida que o ar é um corpo e pesado como todos os corpos. Se o homem não sente o enorme peso de 14.000 quilos sobre o seu corpo, que é em quanto se pôde calcular, em média, o peso da atmosfera sobre o corpo humano, é isso devido unicamente a que essa pressão se exerce em todos os sentidos.

O conferente ilustra esta noção com uma experiência muito elegante, feita com o aparelho do dr. Looser, do qual já se servira na 4.^a lição do curso.

Posta, pois, em evidência a existência do ar, o conferente demonstra que é um corpo composto, decompondo-o quimicamente e mostrando quanto diferem pelas suas propriedades químicas os dois gases de que se compõe. Indica em seguida as variadas substâncias que existem no ar e faz rapidamente a interessantíssima história da descoberta do argo, pelo químico inglês Ramsay.

Sobre a espessura da atmosfera, o conferente alude à incerteza dos nossos conhecimentos a este respeito. O que ha só de positivo é que no fundo ou quase no fundo deste oceano imenso, incomensurável, que rodeia a terra, é que o homem desempenha a primor e a caracter a tragicomédia que se chama a vida...

Na impossibilidade, portanto, de fazer uma viagem idêntica à que o célebre poeta alemão imagina na sua poesia — «Die Grösse der Welt» — o conferente limita-se a repetir como o mesmo poeta:

Seine niedr,
Adlergedank', dein Gefieder,

sem que comtudo se ache disposto a deitar, sem esperança, a ancora a que se refere o poeta, sobre as regiões acessíveis da

atmosférica, pois que espera, pelo contrário, que os seus ouvintes o acompanhem no estudo do oxigénio, elemento comum da água e do ar, que pretende fazer na próxima lição.

A lição terminou pela projecção do retrato de Torricelli, o inventor do barómetro.

EXTRACTO

DA

V LIÇÃO

(15 de abril de 1909)

O oxigénio

(com experiências)

INDICAÇÕES BIBLIOGRAFICAS.—O melhor trabalho sobre a vida de Priestley (1733-1804) é o que vem publicado no livro do professor Thorpe, *Essays in historical Chemistry*, Londres, 1902, 15 sh., Macmillan, edit.—Sobre Scheele (1742-1786) lê-se especialmente a sua correspondência, publicada por Nordenskiöld, *Nachgelassene Briefe und Aufzeichnungen*, Stockholm, 1892, 25 mk), notável publicação, recomendável muitos respeitos. Vêr também Hafner, *Histoire de la Chimie*, 2.^a edição, Paris, 1869, de pag. 450 a 487 e Jagnauz, *Histoire de la Chimie*, Paris, 1891, vol. I, pag. 72 a 176.—A memória capital (1777) de Scheele sobre «o fogo e o ar» é hoje necessária a todos, na coleção Ostwald-Engelmann e na Alembic Club Reprints. A de Priestley (1775), onde é feita a publicação da descoberta do oxigénio, encontra-se também na coleção de Edimburgo (cf. bibliografia da 3.^a lição). Sobre os trabalhos de Lavoisier lê-se o livro de Berthelot, citado na bibliografia da 2.^a lição.—Recomenda-se a leitura da bibliografia da 4.^a lição.

Eschylo faz dizer a Prometheu que o fogo é «o maior bem que existe para os homens, a alma de todas as artes», e Schiller, na sua famosa *Canção do sino* (tradução portuguesa de J. Gomes Monteiro), canta:

Bensíscio é do fogo o gran poder,
Quando o homem o doma e vigia;
E quanto o homem fórmá e quanto eria
A este dom celeste deve o ser.

Comentando estas palavras, aliás bem conhecidas de todos, o sr. dr. Cardoso Pereira lembra que só o homem se chega ao fogo, enquanto que os animais fogem dele, esboça rapidamente a importância do fogo nos fenómenos naturais e faz o estudo da evolução das ideias dos filósofos da natureza, sobre a natureza do fogo, desde a antiguidade, insistindo especialmente sobre a famosa teoria do flogístico, de Stahl, fazendo ver como a descoberta do oxigénio, por um lado, e por outro o genio de Lavoisier criaram uma nova concepção que fez justiça prévia daquela teoria.

O prelector traça as biografias de Priestley e de Scheele, os dois descobridores do oxigénio, e mostra como é difícil libertarmo-nos da tirania das teorias, ainda que os factos venham mostrar a sem razão destas. Só homens de genio, como Lavoisier, conseguem libertar-se dessa tirania e assentar, sobre factos novos, novas teorias.

Dumas fala da melancolia que se desprende, diz ele, da vida de Scheele. Para o prelector, pelo contrário, é de homens, como este, que irradia, com mais intensidade, a glória. «O homem é ou vale, escreve Oliveira Martins, conforme a soma de alma imortal que em si viveu, e não conforme a maneira egoista por que existiu. Que montanhas de energia, que abismos de astúcia e engenho consomem tanta gente, a mais da gente, no dispor e arranjar comodamente a sua vida efémera de animais humanos! Mas ninguém sabe, nem vale a pena saber, nem se deve saber até, quem são esses inominados, porque neles não scintilou a menor chama de dedicação comunicativa, ou de caridade, ou de amor, pela espécie, cujo instinto só consagra os que se lhe votam, concedendo-lhes como apoteose a imortalidade.»

Compreende-se que para Dumas, pomposo e decorativo sábio oficial, a vida de Scheele desperte tristeza. Para todos que são verdadeiramente homens, que sentem dentro de si o espírito coletivo, para esses, Scheele é dos maiores nomes da história da química, não só pelas suas grandes descobertas, tanto mais admiráveis que as fez em condições de trabalho muito precárias, como ainda pela sua vida de sacrifício, de renúncia, de abnegação.

Não menos interessante é a figura de Priestley. Continuava a ser subdito fiel da teoria de Stahl, não obstante os factos, descobertos por ele mesmo, a contrariarem, precisamente por lhe

faltar o espirito generalisador e o fundo filosófico de Lavoisier. A crença na invariabilidade das leis da natureza parece mesmo que a não tinha—ele que as tinha tão fundas noutras coisas! Quem sabe até se ele suspeitaria da existência dessas mesmas leis! O sr. dr. Cardoso Pereira lê passagens de trabalhos de Priestley, por onde se vê que ele atribuia tudo ao acaso ...

O prelector estuda as propriedades fisico-químicas do oxigénio, fazendo acompanhar a sua exposição de numerosas e instrutivas experiências, terminando por aproveitar a ocasião para demonstrar, com uma dessas experiências (recolhendo os produtos da combustão duma vela em cal e soda caustica), o grande princípio, de filosofia natural, da conservação da matéria, precisamente com fenômenos que aparentemente parecem fazer exceção a essa lei.

Além destas experiências fez ainda algumas com o ozono, apresentou varios gráficos, muito interessantes, desenhados pelo falecido e saudoso professor desta Academia o sr. Belmiro Carneiro e fez projectar, com a lanterna, um retrato de Priestley.



A QUESTÃO MORAL

I

O darwinismo, na segunda metade do século XIX, pareceu vir dar razão à extrema teoria individualista, que limitava a acção do Estado ao papel de puro vigilante da ordem e mero espectador das lutas económicas. Era — sob um aspecto científico — um neo-imperialismo que surgia.

A teoria darwinista convinha perfeitamente á ambição inglesa, que assim via acovertada — sob uma feição científica — a sua ambição de país, que queria conquistar a hegemonia sobre todos os povos da terra.

¿Mas o darwinismo poderia aplicar-se integralmente ao fenómeno social? ¿Sendo a *sociedade* uma síntese, no *composto* não se encontrariam qualidades inexplicáveis pelos antecedentes biológicos e não reductíveis a estes? ¿Seria na verdade a *sociedade* um organismo, no qual teriam efeito as leis da concorrência e da selecção natural?

Estas dúvidas apareciam a muitos espíritos servidos — de mais em mais — pelos progressos inconcebíveis da Ciéncia.

Pondo de lado a formula hipotética da selecção natural para explicar a transformação das espécies, e a preocupação, por demasiado simplista, de aplicar ao fenómeno — *sociedade* — esta teoria; examinando sob outra face os aspectos mais reconditos do que chamamos — *natureza* — principalmente os aspectos que revelam a interdependéncia de todas as cousas, de todos os seres e de todas as forças naturais; os filósofos chegaram a outra concepção unitarista, que se resume numa eloquente palavra — *solidariedade*.

«À luta pela existéncia opoz-se a solidariedade dos seres» diz Léon Bourgeois no seu livro excelente — *La Solidarité*.

A *sciéncia* colocou o homem no seu verdadeiro lugar. Não é já o *rei da criação*, para o qual todas as coisas foram feitas. Não é já o *pecador*, aquele para quem uma sanção suprema destina o prémio ou o castigo. É um ser submetido a relações de dependência reciproca, que o ligam aos seus semelhantes, à raça a que pertence, ao meio terrestre e cósmico.

«Vive — diz Léon Bourgeois — e a sua saúde está ameaçada constantemente pelas doenças de outros homens que poderá contrair; trabalha e, pela divisão necessária do trabalho, os produtos da sua actividade aproveitam a outros, como o produto do trabalho dos outros é indispensável à satisfação das suas necessidades; pensa — e cada um dos seus pensamentos reflecte o pensamento dos seus semelhantes, no cérebro dos quais vai por sua vez reflectir-se e reproduzir-se; é feliz ou sofre, odeia ou ama, e todos os seus sentimentos são os efeitos ou as causas dos sentimentos conformes ou contrários, que agitam ao mesmo tempo todos esses homens, com quem está em relações de perpétua troca. Assim, em todos os instantes, cada um dos estados do seu *eu* é a resultante de inumeráveis movimentos do mundo que o rodeia, de cada um dos estados da vida universal.

«E não basta considerar o laço da solidariedade, que une o homem ao resto do mundo em todos os momentos da sua existência. Este laço não reúne sólamente todas as partes do que coexiste numa hora dada; reúne igualmente o que era hoje e o que era ontem, o presente e o passado, como reunirá o presente e o futuro. A humanidade — diz-se já e com justeza — é composta mais de mortos do que de vivos; o nosso corpo, os produtos do nosso trabalho, a nossa linguagem, os nossos pensamentos, as nossas instituições, as nossas artes, tudo é para nós herança, tesouro lentamente acumulado pelos antepassados. Uma geração nova chega à vida — e nos movimentos, nas paixões, nas alegrias e dores que a agitam em todos os sentidos, durante as limitadas horas da sua existência, misturam-se, entrecocam-se ou equilibram-se todas as forças do passado, como nos jogos de luz onde se irisa a quasi imponderável escuma das vagas — na superfície do mar — se chocam e se quebram as imensas correntes das profundidades, pulsações últimas da gravitação dos astros.

«Assim os homens estão, entre si, colocados e retidos nos laços

de dependência reciproca, como o estão todos os seres e todos os corpos, sobre todos os pontos do espaço e do tempo. A lei da solidariedade é universal

Não poderíamos encontrar confirmação mais eloquente do princípio que estabelecemos noutro trabalho, quando ignorávamos ainda este livro.

Dizíamos ali:

«Um dos factos que a observação nos leva a descobrir na trama da Historia, é a interdependência das forças que impulsionam a Humanidade para um progresso indefinido.

«Esta interdependência, porém, não aparece só na sociedade humana. Observando mais profundamente vê-se que existe por toda a parte, no mundo orgânico como no mundo inorgânico. Observa-se ainda que a mesma interdependência não se circunscreve,—abrange tudo quanto os nossos sentidos podem perceber. É de acreditar também que envolva tudo quanto está, por enquanto, fóra da observação directa»

Essa interdependência das forças naturais é — *a Solidariedade*.

Mas é forçoso que a *ideia*-solidariedade se transforme em *sentimento*-solidariedade, para que possamos encontrar no solidarismo a base científica duma moral social.

Obrigados a abandonar a velha teoria que punha na sanção extra-terrena o juizo último para avaliar a conduta do homem; pondo de lado a extrema preocupação individualista:—pensamos que a base ética deve ser colocada muito alto, fóra de todas as preocupações sectaristas.

Não nos devemos determinar por acanhadas interpretações, mas pela ideia de que somos apenas um elo da longa cadeia, que nos prende a tudo quanto existe. Evidentemente, há aí uma harmonia, um equilíbrio. Manter esse equilíbrio e harmonia será o primeiro dever, o mais alto dever moral.

Aos espíritos médios não bastará a reflexão para atingir esta verdade:—necessitarão do concurso da *Arte*.

Não se conclua das nossas palavras que rejeitamos por completo o princípio de que o interesse do individuo deve ser afastado e considerado como *imoral*.

Como unidade social o indivíduo tem o dever de aperfeiçoar-se, de ser *egoísta*. Mas o *egoísmo* que defendemos, na opinião dum pensador, o sr. dr. José de Magalhães, ... «é já *altruismo*, a consciência individual envolvendo as gerações anteriores, os seus educadores, os seus contemporâneos. Por outro lado, o *altruismo*, como subordinação do indivíduo aos interesses da colectividade, é o egoísmo no ser colectivo. Na consciência do *eu* entra já a ideia de *outrem*: *outrem* é parte integrante do *eu*. Esta verdade não é geralmente visível, porque se confunde o indivíduo orgânico, factor da socialidade com o *indivíduo social* produto da *Sociedade*. Há pois identidade entre egoísmo e altruismo, como entre o quente e o frio, a luz e as trevas, o sólido e o fluido, binários em que a ciência infantil viu antinomias tão trágicas, como o é para os moralistas a do bem e do mal, e que uma ciência mais bem informada considera como gráus apenas da mesma energia física...»

O primeiro dever é, portanto, aperfeiçoarmo-nos, desenvolvermo-nos.

O que dizemos do indivíduo, dizemos da nação. Dentro da variedade de grupos que povoam a terra, o *egoísmo* continua a compreender-se como tendo por fim o aperfeiçoamento de cada parcela, destinada a integrar-se na futura *sociedade universal*.

Não nos cumpre discutir aqui se este ideal representa um sonho irrealizável. Entendemos que, verdade ou sonho, ele deve apresentar-se, para ter toda a eficácia, como um princípio fóra — neste momento — de todas as controvérsias. É o limite para que tendemos, o estímulo ético que justificará os nossos esforços e sofrimentos. Para que chegassemos à civilização de hoje foi preciso que outras gerações sofressem martírios inconcebíveis. Gozamos de vantagens para que não concorremos. Nascendo, somos já *devedores*. «Como deveremos pagar a nossa dívida? Aperfeiçoando-nos para que nos convertamos em excelentes trabalhadores; e depois — sacrificando-nos pelas gerações de amanhã para que elas por sua vez encontrem uma civilização mais perfeita. Este carretear de materiais, em que andamos atarefados, aumentará indefinidamente o monte das conquistas do homem sobre o meio cósmico — preparará o progresso, que no final desabrochará

em toda a sua plenitude na *idade de ouro*, em que a Humanidade viverá em perfeita comunhão de interesses, tendo realizado a *sociedade perfeita*. Eis o tema para as idealizações da *Arte*, agora chamada a representar um papel primacial no campo da realização prática.

A *arte* constitue com efeito o processo prático para se chegar ao fim moral: a influência sobre os caracteres individuais, levando-os à satisfação dos interesses superiores da Cidade, da Nação, da Humanidade.

Estes princípios teóricos são perfeitamente idênticos aos que já defendemos noutra conjuntura.

Julgamos que a influência moral não pôde ser exclusivamente reivindicada pelas confissões, como um privilégio adstrito à sua doutrina.

Observando, com efeito, os factos históricos somos levados a acreditar que nenhuma religião pôde reclamar tal exclusivismo.

O advento do catolicismo em nada modificou os hábitos desregrados do povo romano, como o paganismo não conseguiu evitar a decadência do Império pela perversão dos costumes. A decadência portuguesa no século XVI e seguintes, apressada pelo domínio dos jesuítas no campo do ensino público, não pôde ser justificada pelo facto de a religião ter perdido o seu predominio nas consciências. Pelo contrário, ao abastardamento dos caracteres, á felonía dos traidores fidalgos vendidos ao inimigo da pátria, á perversão dos costumes, correspondeu em Portugal um recrudescimento da fé religiosa. Nunca se rezou tanto como no século XVIII, mas nunca o carácter nacional foi mais maleável, mais dubio, mais pusilanime, parecendo ter perdido aquela tempra do dos homens do século XV.

Estamos, pois, convencidos de que pôde haver na verdade uma educação laica.

Aparte da influência de todo o sectarismo existe uma moral — a da *solidariedade* — cujo âmbito excede, segundo acreditamos, a concepção mais avançada.

Só com o desenvolvimento da ciéncia poderíamos ter chegado a verificar este princípio.

Sobre o problema social da educação realizou em tempos o sr. dr. José de Magalhães uma notável conferência* (na Academia de Estudos Livres), em que encontramos pontos de vista idênticos aos nossos.

A moral é de hoje, no sentido de que deve corresponder às necessidades do momento em que vivemos. A *moral* é como a *verdade científica*. «Não se acreditou por tanto tempo na indestrutibilidade da *materia*?» A sombra desta *verdade provisória* não se realizaram descobertas maravilhosas? Hoje, o axioma da eternidade da *materia* cede o lugar a outro princípio, absolutamente oposto, princípio fundamentado nos estranhos fenómenos de desintegração, que a descoberta do rádio veio pôr em foco. E é de crer que a ciência, aproveitando-se das novas ideias, realize ainda maiores maravilhas.

Se estudarmos a vida dum homem como Socrates, por exemplo, e a interpretarmos à luz da moral de hoje, teremos evidentemente de condenar a memória dum dos mais geniais pensadores, que teem existido. O homem da idade média, transportado para a vida moderna, encontrar-se-ia tão deslocado, tão desconhecedor das nossas regras de conduta, que seria de prever o seu sequestro violento do convívio social. A história do D. Quixote prova, sob outro ponto de vista, esta afirmação. Sem irmos tão longe: custa-nos a acreditar na realidade histórica da vida das cidades de Itália na Renascença, tão violenta, tão sanguinosa ela se nos apresenta. Entre nós, quem não conhece o que era o aspecto de Lisboa nos princípios do século XVIII, com as tropelias dos bairros que se degladiavam na escuridão das noites por essas vielas de Alfama e do Bairro Alto, deixando atrás de si um traço de sangue e de violência que hoje nos parece visão dum sonho mau! Hoje há, evidentemente, outra concepção da *moral*, que já não permitiria apodar de *rapaziadas* os atentados, até contra a vida humana, dos *mariáteus* de há 50 anos... .

Os princípios expostos com tanta clareza pelo sr. dr. José de

* Publicada a pag. 29.

Magalhães na sua conferência, não contrariam, nos parece, a teoria do solidarismo.

Profundando até às bases de tal concepção nós vemos que a moral social é susceptível de sucessivas transformações, correspondentes a um mais completo conhecimento da interdependência das forças naturais e sociais. A maneira que fôrmos estabelecendo maior número de relações de conhecimento com tudo o que nos rodeia e condiciona a existência, os laços da solidariedade apertar-se-hão de mais em mais estabelecendo novos principios éticos, hoje imprevisíveis.

Nesta luta pela conquista da verdade haverá — sem dúvida — muitas quedas bruscas, revivescências de idealismos que tiveram já a sua época, mas a *sociedade* caminhará cada vez mais desafogada de preconceitos.

A proclamada faléncia da ciéncia, o resurgimento dum neo-catolicismo, a combativa teoria nacionalista na sua fórmula monárquico-religiosa: são na França os casos típicos, que revelam a organização das forças reaccionárias. Esta corrente tem já um filosofo — Bergson — que na sua cátedra do Colégio de França fala a um grande público, afirmando a superficialidade da ciéncia e a subalternização da inteligéncia.

Não nos iludamos: a teoria ha de chegar até nós, porque todas as modas de França nos batem á porta, e ha de produzir o seu efeito — um desnorteamento dos espíritos, uma indecisão na acção. Urge que estejamos precavidos contra a *epidemia* contrapondo-lhe a teoria científica da solidariedade, á sombra da qual poderemos reorganizar os nossos métodos educativos.

No estudo apresentado em outra parte considerámos o negativismo de certas forças naturais e sociais e sobre ele expusémos a nossa opinião nas seguintes palavras:

«Dentro do quadro progressivo (*das forças naturais que actuam no sentido progressivo*) podemos conceber forças negativas. Mas conhecemos o processo que os organismos empregam para inutilizar qualquer degenerescéncia: processo de eliminação que não faz parar a marcha do progresso.»

Embora tenhamos este princípio como uma lei natural, da

nossa parte não deve haver hesitações, contrapondo sempre a *nossa moral* aos princípios do reacionarismo. Assim apressaremos a ruina definitiva dos ideais do passado.

Podemos agora resumir num quadro esquemático os princípios defendidos da moral da Solidariedade:

Interdependência das forças naturais:

| | | |
|----------------------|--|-------------------------|
| Produzindo | | a Solidariedade natural |
| Solidariedade social | | |

| | | |
|-----------------------|--|-----------------------|
| Solidariedade natural | | bases da Moral social |
| Solidariedade social | | |

Meios porque se realiza a *Solidariedade*:

| | | |
|-----------|--|------------------------------|
| Egoísmo | | factores da <i>Sociedade</i> |
| Altruismo | | |

Sciéncia: para se chegar à compreensão da *ideia-solidariedade*.

Arte: para se atingir o *sentimento-solidariedade*.

II

Estabelecidos sumariamente os princípios gerais da Moral social resta-nos aplicar a teoria ao *nossa caso*. Para isso teremos de definir primeiramente as causas da nossa decadência, estudo-as sob o ponto de vista histórico-económico e dos processos educativos.

E' sabido que Portugal realizou no século XV e XVI a grandiosa empresa dos descobrimentos, contribuindo — pela visita a povos e civilizações exóticas, pelo aspecto de novas paisagens, pelo alargamento do mundo até então conhecido — para que a Renascença encontrasse imprevistos e inéditos temas de idealização artística, como o demonstrou Camões na sua epopeia

genial — *Os Lusíadas* —; e tomasse assim um brilho e um vigor incomparáveis. Pedro Nunes, sobre outra fase da influência de descobrimentos, dizia em 1537 no seu *Tratado em defensam da Carta de marear*:

«Nam ha duvida que as navegações d'este Reyno de cem ános a esta parte são as maiores, mais maravilhosas: de mais altas e mais discretas conjecturas, que as de nenhuma outra gente do mundo. Os Portuguezes ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por elle sem nenhum receio. Descobriram novas ylhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais he: novo céo e novas estrellas. E perderam-lhe tanto o medo que: nem á grande quentura da torrada zona, nem o descompassado frio da extrema parte do sul, com que os antigos escriptores nos ameaçavam, lhes pôde estorvar; que perdendo a estrella do norte e tornando-a a cobrar: descobrindo e passando o temeroso Cabo da Boa Esperança, o mar da Ethyopia, da Arabia, da Persia, poderaam chegar á India. Passaram o rio Ganges tam nomeado, a grande Trapobana, e as ylhas mais orientaes. Tirarã-nos muitas ignorâncias e amostraram-nos ser a terra mór que o mar e haver hi Antipodas, que até os santos duvidavam; e que não ha regiam que nem per quente nem per fria se deixe de habitar. E que em hum mesmo clima e equal distancia da equinocial, ha homens brancos e pretos e de mui diferentes calidades. E fezeram o mar tam cham que nam ha quem hoje ouse dizer que achasse novamente alguma pequena ylha, algus baxos, ou sequer algum penedo, que por nossas navegações não seja já descoberto.

«Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ylhas e terras firmes nam se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes muy ensinados e providos de estormentos e regras de Astrologia e Geometria, que sam as cousas de que os Cosmographos ham de andar apercebidos... Levavam cartas muy particularmente rumadas, e não já as de que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos e navegavam sem agulha». (*Citado por Teófilo Braga no seu «Camões»*).

Vê-se pelo trecho transcrito o altissimo valor, reconhecido pelos próprios coérvos, da empresa dos portugueses. Foi, sem dúvida, um esforço colossal para tão diminuto número de homens,

que o realizaram legando ao mundo de então novos e incomensuráveis mundos. O homem adquiriu maior consciência de si próprio, do seu valor moral, com este contacto mais íntimo com a Natureza. A sua dignidade pessoal aumentou, como se revela até na pintura e escultura do cincoento se as compararmos com as do quatrocento. (Vide *L'art Classique initiation au génie de la Renaissance Italienne*, de H. Wölflin, tradução francesa). O mundo não era já a estreita faixa de terra que se pisava, mas estendia-se através do largo Oceano até essas terras de sonho, onde a riqueza brotava a cada passo, simbolizada nas pepitas de ouro que as caudalosas correntes de rios equatoriais arrastavam até o mar. Os brocados, as tapeçarias, as louças, os xarões, as filigranas de ouro marchetadas de brilhantes, de pedrarias das mais preciosas, turvavam a imaginação dos artistas visionando cenários de opulência inconcebíveis. Por outro lado, a fauna e a flora nunca dantes vistas, os usos e costumes dos povos indígenas, o conhecimento científico da arte de navegar (como se frisa na citação feita, de Pedro Nunes), a prova da esfericidade da Terra pela viagem de Magalhães: todos estes factos tiveram como último resultado o progresso da Ciéncia, preparando a Europa para realizar a civilização que hoje fruimos.

A Igreja acompanhara o movimento da Renascença, que em Leão X e Julio II teve os seus máximos protectores. A Corte papal dando guarda a Rafael e Miguel Angelo — e facilitando assim a realização das maravilhas das *stanze* do Vaticano, da Capela Sixtina e da Capela famosa de S. Pedro — excedia-se talvez na sua missão espiritual, malbaratava as riquezas que os fieis, vindos das mais afustadas terras, carreteavam pressurosos para os seus cofres.

Exgotada pelo luxo, Roma bateu moeda vendendo indulgências.

E bem necessárias estas deveriam ser a esses grandes senhores, violentos, assassinos, prodigos, vivendo em palácios que grandes artistas illustravam, enchendo-os de obras primas nunca sonhadas... Muito necessárias deveriam ser a esses *condottieri* que espalhavam em volta de si a morte e o amor... Florença está cheia ainda, nas suas estátuas, nas suas Igrejas e museus, das recordações dos famosos Médicis.

Mas contra os abusos de Roma, negociando, traficando com os privilégios de que dispunha na corte celeste, levantava-se o puritanismo crítico dos povos do Norte, representados — nas suas aspirações da liberdade de consciência — pelo vulto asceta de Martinho Lutero. Surgiu deste protesto a Reforma, que tirou à obediência de Roma grande parte da cristandade. Desencadeou-se então um enorme pavor no Vaticano. A Igreja, perante a heresia, vestiu-se de luto. Quiz resgatar pela humildade os seus pecados. Renegou a Renascença. Os templos despiram as suas galas, privaram-se dos quadros dos grandes mestres, da exuberância dos lumes, da riqueza dos paramentos. As grandes orquestras emudeceram nos córpos, substituídos pelo canto gregoriano, austero, cheio de unção mística. Um estilo arquitectónico, o estilo da Contra-Reforma, veio servir, com a sua rebuscada e pouco sincera singeleza, a causa de Roma.

Durou pouco, porém, o pavor da curia papal, porque a obsessão fanática de Santo Inácio de Loiola veio trazer ao triunfo da fé católica uma milícia aguerrida, destinada a esmagar a Reforma, isto é, espírito crítico que ameaçava a supremacia do papado. Aparece pois a terçar armas pelos negócios de Roma a numerosa e trabalhadora Companhia de Jesus, a invenção de Inácio de Loiola.

«E que acontecia no entanto em Portugal?

O grandioso impulso dos descobrimentos esgotara, dissémo-lo já, as forças vivas da nação. A população rural abandonava os campos, convertidos em ermos, para embarcar nos galeões e transportar-se a essa Índia, de que todos falavam como dum país maravilhoso, onde a riqueza brotava espontânea (visão dourada que ainda arrasta tantos miseráveis de hoje até o longevo Brasil!); ou convergia sobre Lisboa, atraída pelo luxo desenfreado da fidalguia e da corte.

Era o depauperamento das forças económicas...

Portugal fôra levado a essa grande empreza talvez pela fatalidade da sua posição geográfica: ia abrir o caminho aos povos vitoriosos do norte e assistir, a breve trecho, à queda da sua obra imortal!

O sr. Basilio Teles, sem negar a importância dos descobrimentos, defende a tese de que melhor fôra ter Portugal limitado

os seus esforços ao território, que ocupava. Pelo desenvolvimento agrícola teríamos talvez chegado a formar um país como a Holanda . . .

Mas não aconteceu assim e temos de aceitar os factos como se deram. O que é certo é a queda económica da nação, apesar das riquezas imensas carreteadas para o porto de Lisboa pelas naus da Índia; é o esgotamento das forças vivas e com ele o aparecimento da espécie de misticismo, de descrença, de fatalismo mórbido, que invade o organismo nacional depois dos descobrimentos e de que se faz eco o próprio Camões no seu livro imortal quando nos fala da *apagada e vil tristeza!*

Por outro lado as riquezas do Oriente desnortearam por completo as classes dirigentes. Atirava-se o ouro à face da Europa atónita, como nessa ultra-faustosa embaixada, que o rei D. Manuel enviou à Corte de Roma. Esmagava-se a Senhoria de Veneza, arrancando-lhe o emporio comercial e transplantando para Lisboa a visão do Oriente, que fôra até ali um monopólio da cidade das lagunas. O nosso porto era uma floresta de mastros de navios, que aqui vinham descarregar ou buscar as especiarias. A nossa famosa Rua Nova resplandecia de luxo nos seus estabelecimentos, nos cortejos de fidalgos atravessando para o Terreiro do Paço a assistir ou a tomar parte nas corridas de touros, nas liças e jogos da Corte. Os palácios dos reis, as Igrejas e Conventos, opulentavam-se com obras de arte, que infelizmente o terramoto de 1755 quase por completo destruiu. Gil Vicente, Camões, Garcia de Resende, nos famosos Autos, na custódia dos Jerónimos, nos Lusiadas, nessa linda Torre de S. Vicente: —são marcos milares da estrada, que a nossa pátria seguira até ali.

Falando da Lisboa do princípio da Renascença, o sr. dr. Alfonso Lopes Vieira disse numa das suas admiraveis conferências vicentinas:

«Mal podemos imaginar que à beira do Tejo, ao lado dos Paços da Ribeira, se erguia o armazém chamado *Casa da Índia*, onde se descarregavam as especiarias e os produtos trazidos pelas naus do reino — mercadorias de nomes perturbantes como os aromas que elas exalavam — o sândalo, o cravo, o ébano, a cônfora, o gengibre.

«Nos bazares estavam expostas as sédas, as louças e mimos da China, os rubis e as lacas, o almiscar, o âmbar e o marfim, o benjolim e o ouro de Sumatra, os tapetes da Pérsia, a canela de Ceylão, os tecidos de Bengala—e tudo isto iluminado pelo brilho das gemas orientais, diamantes de Narsinga, o aljofar e as pérolas.

«No Tejo, que do passado esplendor guardou sómente a limpidez das águas (tendo agora a mais o gasômetro) sem que a ponte projectada seja, a meu ver, capaz de o consolar da viuvez dos navios — vinham ancorar as naus de todas as marinhas, para entre nós comerciar ou aprender. Ao mesmo tempo que esta vida de conto de fadas cobria resplandecente o coméço da miséria, um cultíssimo interesse intelectual se abrigava entre as paredes do Paço, forradas com as preciosas colgaduras flamenegas, representando os *Triunfos da Índia*.»

A tanta grandezza sucedeu em breve a derrocada: outros povos se nos substituiram . . .

À que devemos atribuir a decadência de Portugal no ponto de vista do carácter?

Tratando desta questão importante, o sr. António Sérgio na sua conferência *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares* chegou a eloquentes conclusões, que passarmos a expôr resumidamente.

Dois grandes factos avultam no estudo da decadência dos povos peninsulares: «a educação guerreira e a purificação; ou, por outras palavras, a falta de actividade produtora (agricultura, fabricação e o isolamento sistemático.)» A orientação exclusivamente guerreira foi causa de que «as nossas conquistas não produzissem uma burguesia rica e afanosa, como em Roma, por exemplo, (é lér a obra de Ferrero) mas uma fidalguia corrompida e um populacho de mendigos; e uma vez bem definida a estrutura social a que nos levou, ei-la representando uma força de inércia persistente e multifórmis. Ao aspecto intelectual dessa resistência, que teve fórmulas eclesiásticas mas que as tem seculares e até poéticas... chamariá o autor o Isolamento, ou a mania purificadora.

O regime de educação guerreira originou-se pela invasão

árabe, consistindo no domínio serôdio da Cavalaria, esse feudalismo militar que foi uma insalubre exalação do feudalismo agrícola decomposto; — consistiu no facto de Portugueses e Castelhanos terem vivido, não propriamente dum trabalho criador, mas da energia caçadora e aventureira.»

Daqui resultou «a formação de um temperamento em que as faculdades românticas da paixão e da fantasia, da impulsividade e da retórica, preponderam enormemente sobre a vontade e a razão».

As invasões dos árabes no séc. VIII determinaram nos peninsulares uma profunda especialização. Forçados a conquistarem dia a dia o seu território, tornaram-se essencialmente guerreiros; e desde então, pelos séculos adeante consagraram a vida a caçar homens e tesouros.

«Em Portugal não chegou a dar o fruto que devia o belo esforço de colonização da dinastia de Borgonha. Não se pôde estabelecer o verdadeiro feudalismo; e no reinado de D. João I a Cavalaria, que fundara o reino, revigora, para se expandir completamente nas aventuras de Afonso V. Nada mais típico e característico do que a história deste rei e a da grande escola de Cavaleiros das nossas praças africanas. Ai se cultiva, como numa estufa, uma espécie social já moribunda; e na verdade era necessário recomeçar a obra da Cavalaria: a Cruzada; quer dizer, o abrir aos povos europeus o comércio do Oriente...»

«Foi com esta educação que se formou a alma ibérica. Ora a guerra pôde ser um auxiliar da nossa indústria, mas jamais a indústria única, substituindo todas as outras, sem que o corpo social venha a sofrer as consequências que nós hoje padecemos...»

A mania purificadora, consequência da educação guerreira, manifestou-se principalmente no ódio ao judeu. Expulsando os que não queriam renegar a sua fé religiosa, queimando, torturando, matando os suspeitos de judaísmo, os povos peninsulares expurgavam-se de toda a maldade: o Tribunal da Santa Inquisição relaxava ao braço da Justiça secular os confessos e relapsos, ao mesmo tempo que lhes ia confiscando os bens terrenos. E, nesta ação purificadora, vamo-nos afastando cada vez mais da grande corrente europeia, que nos outros povos além dos Pirenéus abria novos caminhos ao pensamento e à ação do Homem.

A Península foi como uma Ilha isolada, onde se ouvia apenas o crepitar das fogueiras dos Autos de fé; a Península passou a viver dos bens dos cristãos novos como vivera pouco antes das riquezas do Oriente ou da América. Perdeu-se a tradição do hábito de trabalhar. O Povo ignorante recebia todos os dias, contente e resignado, o *caldo do convento*. «Que mais lhe seria preciso?...»

A estas causas gerais, produzindo o triste carácter nacional, junta-se ainda a defecção miserável da classe média ao entregar-se, sem resistência, à acção da Companhia de Jesus.

«Como entrou tão formidável milícia religiosa em Portugal?

D. João III afirmára já que trocaria gostosamente o seu título de rei pelo de inquisidor geral.

A Inquisição entrará em Portugal, autorizada pela bula de 23 de maio de 1536. Viéra oficialmente, assentando arraiais, dispondo com tranquilidade e segurança os seus instrumentos de justiça, ou, se quizerem, os seus instrumentos de tortura, símbolo da força do poder real aliado ao poder religioso-temporal de Roma. Iam acender-se as fogueiras e organizar-se a conquista dos judeus. A riqueza destes chegaria para encher o erário régio e opulentar os conventos... A classe média, a classe dirigente, mostrava-se incapaz — como hoje — de reagir pelos hábitos do trabalho. A sua educação tinha, como vimos, um simples carácter guerreiro, destoante da orientação da formidável burguesia dos povos do Norte. Fácil foi, pois, à Companhia de Jesus vir até aqui, empolgar a presa, já demasiado preparada para receber a direcção espiritual da religiosa milícia, mas empolga-la dum forma fulminante e indestructível.

Em 1540 o dr. Diogo de Gouveia recomenda a D. João III a Companhia de Jesus. O rei recebeu os padres, que lhe enviou Inácio de Loiola e recomendou-lhes que «tomassem muito a seu cargo o cuidado dos moços fidalgos que trazia em seu paço, para que os doutrinassem nos bons costumes e os instruissem em toda a cristandade» (*Curso de História da Literatura Portuguesa* de Teófilo Braga). Em 1542 Inácio de Loiola manda para Portugal mais padres e Simão Rodrigues dirige-se para Coimbra, onde funda o Colegio das Artes. Para aliciar os escolares, o padre Manuel Godinho andava «vestido em trajes de estudante, para que desta maneira o admitissem pelo hábito, além de ser mais

conhecido pela pessoa. Quando em 1550 D. João III foi a Coimbra, visitou o Colegio das Artes, que já contava então 40 alunos de teologia. Os jesuitas tentam logo em vão apoderar-se da Universidade. O cardeal-infante D. Henrique procura fundar em Evora uma outra Universidade em oposição à de Coimbra: em 1 de Novembro de 1559 inaugura-se o novo estabelecimento, que já em 1563 era equiparado em privilégios à Universidade de Coimbra. Em Lisboa dominam já os padres da Companhia na sua Igreja de S. Roque, que levantam sobre a primitiva e pequena capela, pequena para a numerosíssima concorrência que de todos os lados da cidade vinha assistir às pregações famosas, algumas vezes feitas ao ar livre em púlpitos levantados à pressa sob a copada ramaria do arvoredo, que nessa época cobria aqueles celebres sítios.

Pouco a pouco a Companhia de Jesus vai-se apoderando da educação da classe média, inutilizando-a para o trabalho intelectual conservando-a na mesma corrente de funesta tradição educativa. Até hoje a classe média quase não mais tem feito do que afastar-se do trabalho industrial — a razão de ser da burguesia moderna — substituindo-o — como o mais alto ideal a alcançar — pela conquista do diploma de bacharel . . .

(Conclui no próximo número!).

CARDOZO GONÇALVES



UMA INSTITUIÇÃO ADMIRAVEL

Com a data de 11 de dezembro de 1914 receberam a Academia de Estudos Livres um eloquente apelo dos nossos camaradas da *Université Populaire de Paris*, em favor da *Colonie des enfants des mobilisés orphelins de mère à Étretat*, criada pela mesma *Université Populaire de Paris* em 2 de agosto de 1914. Assina o ofício Mr. E. Vitta, bem conhecido de todos os sócios que foram a Paris na excursão de 1913. Mr. Vitta é um grande educador. Chamam-no o rei dos cançonetistas; mas a canção que sai da sua garganta, se vem impregnada da graça gauleza, se faz sorrir um pouco, tem sempre também um conceito que nunca mais esquece: educa e moraliza. Por isso Mr. Vitta é sempre a alma dos passeios admiraveis pelo Sena da *Université Populaire*, no magnifico vapor, *Le Chateau Flottant*, como lhe chamam.

Correspondendo imediatamente ao caloroso e comovente apelo, a Academia de Estudos Livres subscreveu para a instituição admiravel com a soma anual de 20 francos.

Mas que é afinal a Colónia dos filhos dos mobilizados orfãos de mãe em Étretat (Sena Inferior)? Em poucas palavras se pôde dizer tudo.

Logo nos primeiros dias da mobilização, provocada pela declaração da guerra da Alemanha, alguns sócios, que partiam para a fronteira a juntarem-se aos exércitos, dirigiram-se à Universidade Popular e falaram a Mr. Vitta e seus amigos, nesta linguagem rude e eloquente: «Fomos mobilizados e vamos partir. Somos viúvos alguns, outros divorciados. A quem deixaremos entregues os nossos filhinhos? quem cuidará deles? e se não voltarmos?!...» Mr. Vitta e os seus amigos entreolharam-se. «Pensar na Assistência Pública? Mas as formalidades, os embarracos? Então, Mr. Vitta, consultando rapidamente os amigos, teve esta resposta

admiravel: «Estejam descansados. Tragam-nos os pequenos. Nós cuidaremos deles.»

Os primeiros orfãos chegados, foram distribuidos pelas casas dos camaradas do bairro, indo muitos ocupar os logares dos maridos e filhos, que partiam para a guerra...

Mas a situação complicava-se pelo aumento constante das crianças depositadas. Então Mr. Vitta não hesitou: alugou uma casa vasta em Étretat e instalou nela a sua colónia. Como se arranjou o dinheiro, se a Universidade Popular e os seus aderentes não são positivamente ricos? A imprensa falou no caso e os socorros públicos e as dívidas particulares vieram consolidar a obra admirável. Em outubro de 1914 a Colónia abrigava 450 crianças. Hoje a Colónia conta já milhares de orfãos e vai apoderando-se pouco a pouco de toda a linda povoação de Étretat. As crianças, rapazes e meninas, são tratados e assistidos por mulheres, essas mulheres admiráveis de Paris, que os superficiais frequentadores dos *boulevards* não conhecem e por isso nos pintam como monstros de lascivio, eles que nunca as viram no seu verdadeiro meio, o lar parisiense — e as confundiram sempre com as espalhafatosas criaturas, que os exploram...

Outro traço emocionante desta gloriosa obra de bondade é o seguinte: a Colónia recebe todos as crianças que estiverem nas circunstâncias, não curando de saber as opiniões políticas e religiosas de seus pais, se são republicanos, socialistas, anarquistas, ou monárquicos; se são livres pensadores, judeus ou católicos. Todos os credos são rigorosamente respeitados e seguidos, de forma que, quando os pais voltarem do campo da batalha, encontrarão vivas as crenças que por acaso insuflaram nos seus filhinhos.

Da tremenda guerra que assola a Europa chegam-nos estes ecos simpáticos... Recolhamo-los piedosamente, pensando em praticar o bem no meio de tão horrorosa carnificina, pensando nos pequeninos que vão ficar sem pai e sem pão...

Mãe portuguêsa! concedei a vossa simpatia à obra dos nossos bons amigos da Universidade Popular de Paris!...

Re